

O efeito de incentivo dos instrumentos de inovação nas empresas portuguesas

- Análise de estudos de caso na Região Norte -

Daniel Jorge Martins Fangueiro

Mestrado em Economia e Gestão da Inovação

Orientação:

Professor Doutor Mário Rui Silva

Setembro, 2016

Nota Biográfica

Daniel Jorge Martins Fangueiro é natural de Matosinhos, Distrito do Porto, tendo nascido no dia 4 de Julho de 1979. Neste concelho efectuou toda a sua formação até ao Ensino Secundário. Ingressou na Universidade Católica Portuguesa, na Faculdade de Economia e Gestão, no curso de Gestão de Empresas, no pólo da Foz do Douro, onde terminou com a classificação final de 12 valores.

Em termos profissionais iniciou a sua actividade com um estágio na empresa Mundial Confiança, tendo trabalhado também em empresas na área dos eventos, Multimédia e Consultoria. Exerceu actividade política tendo sido deputado em regime de substituição, vereador da Câmara Municipal de Matosinhos, Presidente da Juventude Social Democrata e Vice-Presidente do *Youth European People's Party*.

Actualmente é coordenador da área de incentivos da empresa Shift-Up Consulting, há 4 anos e 9 meses, onde coordena uma equipa de 10 elementos na execução de projectos de investimentos, estudos de viabilidade económica e consultoria.

Sendo a Inovação uma área presente na sua actividade profissional, a decisão de ingressar no mestrado de Economia e Gestão da Inovação tem como objectivo a especialização na área. Esta tese tem como finalidade obter o grau de mestre e finalizar o referido mestrado.

Agradecimentos

No desenvolvimento deste estudo tenho de agradecer em primeiro lugar ao orientador e director do Mestrado de Economia e Gestão da Inovação Prof. Mário Rui Silva, pelas conversas e discussões sobre os instrumentos de inovação em Portugal e a sua aplicação.

À minha entidade patronal Shift-Up Consulting onde aprendi a maior parte do meu conhecimento na área dos instrumentos de inovação e ganhei experiência na gestão de projectos de financiamentos comunitários. Agradeço principalmente pela oportunidade e apoio nos últimos dois anos permitindo que conciliasse a participação no mestrado e a vida profissional. Este trabalho não é apenas meu, personalizo o agradecimento ao apoio dos meus colegas quando necessitei de dedicar tempo ao mestrado nas fases mais críticas. Obrigado Tiago, Pedro R., João, Cláudia, Patrícia, Diogo, Joana S. Joana C. Filipa, Catarina, Sara, Mariana, Pedro T., Pedro R. e Ana S.

Agradeço às entidades que colaboraram na recolha de elementos e deram contributos e testemunhos relativamente à gestão de projectos de fundos comunitários.

E principalmente agradeço á Marta, que me deu forças quando o cansaço não me deixava continuar.

Resumo

O estudo que me proponho a elaborar irá versar sobre a atribuição dos fundos europeus e o seu impacto nas empresas em Portugal, analisando casos de estudo de empresas da região Norte (NUT II). O tema específico da dissertação que será aprofundado será “*O efeito de incentivo dos instrumentos de inovação nas empresas portuguesas – Análise de estudos de caso na região Norte*”. O efeito de incentivo tem de ser assegurado por todas as empresas que concorrem aos fundos europeus, condição obrigatória para a aprovação de qualquer projecto. A legislação dos fundos europeus, nomeadamente o Regulamento do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) no Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN) e do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) no Portugal 2020, referem em vários artigos a obrigação dos beneficiários garantirem o efeito de incentivo.

Os únicos documentos que existem em que se aborda os princípios que norteiam a aplicação deste tema são nas avaliações intercalares e final do QREN, apesar de existirem dados concretos requeridos por inquéritos enviados para as empresas através de uma plataforma, não existe nenhum estudo empírico e específico sobre o tema.

O estudo desta temática pretende discutir a razão pela qual as empresas recorrem a financiamento de fundos europeus. E de que forma procuram que o efeito do incentivo incentive o investimento e o crescimento das empresas. O incentivo é para as empresas uma alavanca para os seus investimentos ou funciona como um simples instrumento financeiro que apenas terá como função tornar o investimento mais barato? Este objectivo será discutido através dos resultados dos casos de estudo, no sentido de avaliar se existe um real efeito de incentivo nas empresas com a execução dos fundos comunitários ou se as empresas têm de assegurar a totalidade do financiamento.

Abstract

The dissertation I propose to study is about the attribution of European funds and their impact on companies in Portugal, analyzing the investments in Northern Region (NUT II) with case studies. The dissertation specific theme is "The Incentive effect of Innovation instruments in the Portuguese Companies - Case Study of investments in the Northern Region." The incentive effect has to be assured in all companies who apply to European funds. It's a mandatory condition to approve any project. The agreement of European funds, in particular the Regulation of the Operational Programme for Competitiveness Factors in the Strategic Framework for National Reference and the Operational Programme for Competitiveness and Internationalization in Portugal 2020 programme, reported in several articles this obligation which beneficiaries has to guarantee the incentive effect.

Only in the evaluation of the National Framework Program were exposed some liabilities guiding the application of this theme. It doesn't exist any scientific study or empirical study about this concept in the application of the european funds in Portugal.

The study of this topic intends to discuss the reason why companies want to finance their projects with European funds. Which is the way that companies seek for the incentive effect to improve their investments and growth. The incentive is to companies support their investments or is only a financial benefit to invest in a cheaper way?

This study will analyze companies data of European Funds projects from the National Framework Programme. We are going to evaluate all the transactions made in the projects and their results. The aim is to discuss if the incentive effect is well applied in the context of the European Funds regulation to ensure what kind of financing companies need.

Índice

Nota Biográfica	ii
Agradecimentos	iii
Resumo.....	iv
Abstract	v
Índice.....	vi
Índice de Tabelas.....	viii
Índice de figuras	x
1. Introdução	1
a. Enquadramento	1
b. Metodologia	3
2. Revisão de Literatura	7
a. Enquadramento	7
b. Efeito de Incentivo – Definições.....	8
i. QREN.....	8
ii. Portugal 2020	10
3. Contextualização no caso português – QREN/Programa Operacional do Norte	16
a. Objectivos Estratégicos QREN/Programa Operacional do Norte.....	16
b. Sistemas de Incentivos às empresas.....	21
i. Sistema de Incentivos à Inovação	22
ii. Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME	25
iii. Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	28
c. Norma de Pagamentos.....	33
d. Análise Execução projectos QREN – Investimentos na Região Norte (PO Norte e COMPETE).....	34
4. Avaliação do Efeito de Incentivo – Estudos de Caso.....	38
a. Estudos de Caso – Empresas com investimentos na Região Norte.....	38
i. Enquadramento	38
ii. Dados de gestão dos reembolsos dos projectos.....	39
1. <i>Projecto PME A</i>	39
2. <i>Projecto PME B</i>	39
3. <i>Projecto PME C</i>	40

4.	<i>Projecto PME D</i>	40
5.	<i>Projecto PME E</i>	41
6.	<i>Projecto PME F</i>	41
7.	<i>Projecto PME G</i>	42
8.	<i>Projecto PME H</i>	42
9.	<i>Projecto PME I</i>	42
10.	<i>Projecto PME J</i>	43
11.	<i>Projecto Grande Empresa A</i>	43
12.	<i>Projecto Grande Empresa B</i>	44
13.	<i>Projecto Grande Empresa C</i>	44
14.	<i>Projecto Grande Empresa D</i>	45
iii.	Análise dados de gestão de reembolsos dos projectos	45
iv.	Avaliação dos questionários efectuados aos gestores de projecto	49
5.	Conclusões	54
a.	Análise final	54
b.	Contributo para estudos futuros	56
6.	Bibliografia	58
7.	Anexos	61
a.	Inquéritos Semi-Estruturados.....	61

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Análise SWOT da Região Norte (Fonte: CCDR-Norte, 2007)	20
Tabela 2 - Projectos aprovados, investimento elegível e incentivo aprovado no Programa Operacional do	35
Tabela 3 - Projectos aprovados, investimento elegível e incentivo aprovado no Programa Operacional Factores de Competitividade (Compete), nas principais tipologias para empresas de projectos com investimentos na Região Norte (Fonte: www.pofc.qren.pt)	36
Tabela 4 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME A.	39
Tabela 5 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME B.....	40
Tabela 6 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME C.....	40
Tabela 7 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME D.	41
Tabela 8 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME E.....	41
Tabela 9 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME F.	42
Tabela 10 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME G.	42

Tabela 11 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME H.	42
Tabela 12 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME I (do 1º ao 3º reembolso).	43
Tabela 13 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME I (do 4º ao 7º reembolso).	43
Tabela 14 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME J.	43
Tabela 15 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa A (do 1º ao 3º reembolso).	44
Tabela 16 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa A (do 4º ao 6º reembolso).	44
Tabela 17 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa B.	44
Tabela 18- Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa C.	45
Tabela 19 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa D.	45
Tabela 20 - Tabela com os tempos médios, expressos em dias úteis, de diferença entre a submissão dos pedidos de pagamento e o reembolso efectivo.	46
Tabela 21 - Valor de incentivo recebido nos PTRI e PTRF e indicação da percentagem de incentivo recebido após o fim do projecto	47
Tabela 22 - Taxas de execução dos projectos dos casos de estudo	48

Índice de figuras

Figura 1 - Fundo aprovado por Região (M€).....	35
Figura 2 - Respostas sobre o conhecimento do conceito de Efeito de Incentivo	50
Figura 3 - Respostas sobre a realização do projecto mesmo que o apoio não fosse concedido	50
Figura 4 –Respostas sobre se os processos de reembolso decorreram dentro dos prazos estipulados.	51
Figura 5 – Respostas sobre as dificuldades sentidas na gestão do projecto	51
Figura 6 - Respostas sobre as alterações prioritárias para a melhoria dos processos de gestão de programas de incentivos	52
Figura 7 - Respostas sobre se voltariam a candidatar-se a quadros comunitários.....	53

1. Introdução

a. Enquadramento

Nos últimos 20 anos as organizações em Portugal tem usufruído de milhares de milhões em fundos europeus, fará sentido esta atribuição e os seus objectivos? Quais os efeitos positivos e negativos de uma economia habituar-se a esta *subsidio-dependência*? Será importante discutir e colocar em causa a atribuição de fundos europeus, no sentido de garantir se o efeito de incentivo está a ser cumprido. Sem os financiamentos dos fundos europeus os investimentos seriam realizados de igual forma? Os financiamentos constituem-se como uma alavanca ao investimento ou como instrumento financeiro mais barato do mercado?

Ao elaborar candidaturas para financiamento de projectos de investimento há vários anos, deparei-me com diversos panoramas empresariais e diferentes entendimentos na razão que levava as entidades a candidatarem-se a fundos europeus. Existem empresas que procuram um financiamento mais barato, outras uma forma de conseguirem atingir os volumes de investimento que pretendem e outras que não recorrem a fundos europeus por entenderem que o processo não é compensatório.

O QREN decorreu entre 2007 e 2013, o seu início foi desde logo marcado por uma grave crise mundial, iniciada nos Estados Unidos da América, conhecida como crise do *subprime*. Em 2008 o banco *Lehman Brothers* faliu e desde esse momento que iniciou uma crise financeira que se alastrou a Portugal e atingiu com maior evidência o sector bancário. Os bancos mais frágeis e com menos suporte, foram os primeiros a serem identificados como problemas (BPN e BPP) e em pouco tempo alastrou a bancos mais robustos. Resumindo, as entidades financeiras foram afectadas e consequentemente o financiamento dado às empresas diminuiu. Durante o período de vigência do QREN, principalmente no último ano existiu um crescendo na procura de instrumentos de financiamento alternativos aos financiamentos bancários. As candidaturas a fundos europeus foram um escape e as empresas começaram a interessar-se pelo funcionamento destes financiamentos. Esta procura foi logicamente criada pela falta de alternativas do sistema financeiro e as empresas habituadas a esse *modus vivendi*, tiveram que procurar alternativas. Por estas razões, a lógica empresarial no acesso aos fundos alterou-se e por isso a aplicabilidade dos incentivos poderá nesse momento ter

sido alterada em função das necessidades das empresas. Estes instrumentos de financiamento através de fundos europeus são uma boa alternativa, devido a terem melhores condições do que as restantes soluções nomeadamente devido aos incentivos não reembolsáveis com taxa de juro zero e incentivos não reembolsáveis da maioria dos programas. No entanto sendo o efeito de incentivo uma premissa de todas as candidaturas e o apoio financeiro uma alavanca para o investimento, nem sempre foi possível garantir que as empresas recebessem esse incentivo ou grande parte durante a execução dos projectos no QREN. Receberam posteriormente com muitos meses de atraso. Sendo assim manteve-se um problema crónico do panorama empresarial português, a falta de financiamento das empresas principalmente as PME's. As empresas que avançaram para projectos de investimento financiados, mantiveram as dificuldades de financiamento porque tinham de assegurar a totalidade do investimento devido aos atrasos e má gestão da operacionalização dos reembolsos nos concursos de fundos europeus. Tendo em conta que o financiamento bancário estaria muito limitado, apenas as empresas com boa capacidade financeira estariam capacitadas para concorrer sem problemas e restrições financeiras a esses programas. Em qualquer circunstância as empresas teriam sempre que assegurar uma componente de capitais próprios de financiamento dos projectos e do restante financiamento que o incentivo não cobria. Este seria o mínimo de financiamento que uma empresa necessitava, sendo que teria sempre que obter 20%¹ do total de investimento. A realidade não era esta e por isso em função do acompanhamento dos projectos que geri enquanto gestor de projectos de investimento, entendi que este estudo precisava ser elaborado. Os estudos que existem a este nível têm como objectivo dar a melhor imagem dos resultados de utilização dos fundos europeus, sem focar no que contribui para o que correu mal. O efeito de incentivo deverá ser em qualquer circunstância garantido e por isso, elaboro este estudo sustentado na análise a 15 projectos de investimento apoiados por fundos europeus na região Norte.

Em suma tendo em conta a conjuntura apresentada, entendo que a aplicabilidade do efeito de incentivo terá que analisada no contexto económico das empresas e de assegurar o financiamento para os seus investimentos.

¹ O máximo de incentivo que uma empresa poderia obter com um projecto de investimento no QREN era de 80%, segundo a legislação.

b. Metodologia

As razões que influenciaram a escolha deste tema tiveram como suporte a minha actividade profissional como coordenador de uma equipa de gestão de projectos de investimento. A análise efectuada aos projectos que acompanhávamos concluía que a gestão dos projectos pelos organismos responsáveis, influenciava a forma como os empresários geriam o financiamento dos seus projectos. Tendo conhecimento dos regulamentos e orientações técnicas e de gestão, deparei-me diversas vezes com situações em que os empresários obtinham o benefício do incentivo após o previsto. Esses atrasos desvirtuavam a lógica dos fundos europeus nomeadamente o impacto do incentivo nos projectos de investimento. A aprovação de um projecto de investimento está dependente da justificação e comprovação do efeito de incentivo². Esta obrigação origina que os empresários construam o seu projecto de investimento em função do apoio que estimam receber. O investimento é por vezes superior à real capacidade da empresa e o horizonte temporal é também por vezes antecipado, em função do plano inicial que tinha sido traçado. Tudo devido à existência de um incentivo financeiro. Se no acompanhamento dos projectos de investimento as operações de reembolso sofrem atrasos, muitos deles significativos, origina que o efeito de incentivo não tenha verdadeiro impacto. O beneficiário em diversos projectos, teve que garantir 100% de financiamento, reduzindo assim o risco de não receber as verbas a tempo e não conseguir reinvestir no próprio projecto.

Iniciei o meu estudo com uma pesquisa de dissertações de mestrado, estudos e artigos relativamente à gestão dos fundos europeus. Existem poucas dissertações e artigos relativamente a este tema, mas existem estudos muito completos sobre a execução e avaliações intercalares e final sobre o QREN. Os estudos existentes sobre a execução dos programas de fundos europeus mostram um quadro positivo, sustentado nos milhões de euros utilizados em milhares de projectos com o objectivo de aumentar a competitividade e internacionalização do tecido empresarial nacional. O país nos últimos 20 anos teve diversos programas de fundos europeus e apesar de ter melhorado substancialmente em termos de infra-estruturas, a competitividade da sua economia continua a estar abaixo das expectativas. Este estudo não tem como objectivo espelhar o que correu menos bem na execução de fundos europeus, mas sim estudar uma

² Conforme explanado no capítulo 2. b. deste estudo com o título Efeito de Incentivo - Definições

característica de acesso aos programas de fundos europeus e a sua real implementação, o efeito de incentivo. A definição do tema partiu da análise aos projectos que acompanho em confronto com as análises estruturantes do impacto dos fundos europeus. Apesar de ser uma condição obrigatória de acesso aos programas de fundos europeus, a ideia com que ficava era que os organismos nem sempre cumpriam os prazos, principalmente os de reembolso do valor investido. Esta aparentemente pequena alteração, origina um impacto muito elevado no financiamento das empresas e torna em muitos casos inviáveis a continuidade dos projectos.

Inicialmente elaborei uma análise quantitativa relativamente aos dados finais relativamente à execução dos fundos europeus, nomeadamente número de projectos para empresas em cada tipologia, valor de investimento elegível, grau de execução, comparação entre grandes empresas e pequenas empresas e o impacto dos investimentos na economia. Em função desta análise selecionei uma amostra aleatória de 15 projectos, dentro dos 124 projectos em que tive alguma participação na sua gestão no QREN, para serem estudos de caso. Optei por definir inicialmente os projectos que conhecia por facilmente ter acesso a todos os dados dos mesmos e contacto directo com os gestores de projecto da empresa. Estes dados são confidenciais e por isso seriam muito difíceis de obter em projectos que desconhecia, ao mesmo tempo que devido às restrições de tempo nunca conseguiria uma amostra muito elevada. Assim dos 124 projectos que tinha informação, parti para uma amostra aleatória de 15 projectos, em que defini que 2/3 seriam projectos de empresas PME e 1/3 de Grandes Empresas, pelo que a escolha foi dividida em função da dimensão da empresa. No final da recolha de elementos dos 15 estudos de caso apenas consegui obter 14 completos, sendo essa a amostra final. Devido ao tempo para a elaboração deste estudo esta era a amostra possível em função do método de análise que optei por fazer aos projectos. Como a amostra não era suficiente para conseguir fazer uma divisão por regiões (NUT II) e estudar também as diferenças entre regiões, optei por fazer um caso de estudo baseado em empresas cujos projectos tinham investimento na Região Norte. Esta região é a que teve valor de investimento elegível aprovado mais elevado para apoiar as empresas e apoiou mais projectos (Paula Areosa Feio, 2015). Acrescento também que sendo apenas projectos de uma região, no caso das PME a autoridade de gestão é a mesma, no Programa Operacional do Norte (organismo denominado por Novo Norte) mantendo

assim coerência na análise. As grandes empresas são analisadas pela autoridade de gestão nacional no caso do QREN, no Programa Operacional Factores de Competitividade (organismo gestor denominado por Compete). Após a selecção da amostra, marquei uma reunião com cada responsável para pedir autorização pela utilização do projecto como amostra do estudo. Após esse consentimento (em algumas empresas teve de ser pedido superiormente, portanto não foi conseguido no próprio dia da primeira reunião), discuti com os responsáveis as várias fases do projecto e as principais incidências na vertente financeira. Após essa reunião onde retirei notas para análise dos dados de cada projecto, enviei um questionário semiestruturado a cada responsável de projecto. Acrescento que tendo participado no acompanhamento destes projectos efectuei diversos contactos com os técnicos dos organismos intermédios e reuniões com os beneficiários pelo que essa experiência contribuiu para a análise aos dados estudados nesta dissertação. A estrutura do questionário incluía respostas abertas de escrita livre e outras com resposta pré-definidas em modo escolha múltipla, dando sempre a oportunidade de seleccionar outras opções se nenhuma das indicadas. Este questionário apenas ocorreu depois da reunião em alguns casos reuniões com os responsáveis dos projectos, tendo apenas sido divulgado o preenchimento do questionário e as suas questões após as reuniões. O questionário foi elaborado antes das reuniões para que não fosse induzido pelas conversas e alterar algum tipo de questão ou resposta a questão. Utilizei uma plataforma online para a recolha dos questionários depois de questionar os responsáveis dos projectos sobre o melhor método para as respostas. Previamente tinha preparado a possibilidade de responder online, por correio electrónico através de um formulário construído em documento de processamento de texto e também a possibilidade de preencher no final da própria reunião levando o questionário impresso. A análise efectuada às respostas dos questionários foi qualitativa em função da experiência que cada responsável de empresa transmitiu na gestão dos projectos, direccionado para o efeito de incentivo. No final da recolha de informação obtive 14 respostas e análises completas, tendo de definir que o nome da empresa não apareceria no estudo para que fosse aceite a participação pela empresa. No estudo aparecerá a dimensão da empresa, a taxa de incentivo, o investimento elegível aprovado e a tipologia a que a empresa se candidatou. Para a análise e a conclusão do estudo, o nome da empresa é irrelevante. Foram analisados 14 projectos sendo 4 de grandes

empresas e 10 PME, nas tipologias de candidatura Inovação produtiva, Internacionalização e Qualificação de PME e Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, que foram implementados na região Norte. Após a recolha dos dados foi elaborada uma análise confrontando a gestão financeira dos projectos em estudo, com os resultados das análises da implementação dos programas do QREN e com a legislação aplicável relativamente ao efeito de incentivo.

2. Revisão de Literatura

a. Enquadramento

Os fundos europeus tem como missão conceder apoios financeiros em diversas áreas aos estados membros de forma equitativa, salientando que as regiões deficitárias deverão obter mais apoios, ou seja, as regiões mais pobres ou de convergência terão acesso a mais apoio que as regiões em transição e que as regiões com maior riqueza ou de não convergência. As regiões de convergência são definidas como as regiões em que o PIB *per capita* seja inferior a 75% da média do PIB *per capita* na União Europeia a 25, as regiões de transição são as que o PIB per capita se situa entre 75% e 90% do PIB per capita da média da União Europeia a 25 e as regiões de não convergência são as que se situam acima de 90% do PIB per capita da União Europeia a 25 (Decisão da Comissão Europeia, 2006). Em Portugal as regiões de convergência são Norte, Centro, Alentejo e Açores, a região em transição é o Algarve e as regiões de não convergência são Lisboa e Vale do Tejo e a Madeira.

Este estudo incidirá sobre os apoios às empresas, a dimensão destas será um factor importante nas análises efectuadas. A dimensão das empresas está consagrada na Recomendação 2003/361/CE que define três critérios para se obter a dimensão de uma empresa, Volume de negócios, número de trabalhadores e valor de Balanço. Uma grande empresa é definida por empregar 250 trabalhadores ou mais, ter mais de 50 milhões de euros de volume de negócios e um valor total de balanço de 43 milhões de euros (Comissão Europeia, 2003). As empresas que se situarem abaixo destes critérios são Pequenas e Médias empresas (PME) incluindo também as microempresas. As médias empresas são definidas por empregarem entre 50 e 249 trabalhadores, o volume de negócios representar um valor entre 10 milhões de euros e 50 milhões de euros e o balanço representar um valor total entre 10 milhões de euros e 43 milhões de euros (Comissão Europeia, 2003). A dimensão de uma pequena empresa é definida por empregar entre 10 a 50 trabalhadores e cujo volume de negócios e valor total de Balanço não excede 10 milhões de euros. As micro empresas empregam menos de 10 trabalhadores e tem valor de volume de negócios e de Balanço inferior a 10 milhões de euros (Comissão Europeia, 2003). Esta classificação é importante ser referida em virtude de existirem regulamentos que são exclusivos das PME e outros que definem às grandes empresas obrigações adicionais, pelo que a dimensão da empresa em função

das suas obrigações e do efeito de incentivo, são características que serão avaliadas nesta dissertação e serão efectuadas referências a estes dados.

As regras de aplicação dos fundos estão explícitas em diversos regulamentos e definem o que os beneficiários têm de cumprir para poder atingir uma aprovação de um projecto de investimento. Existem diversas regras que são de carácter eliminatório, ou seja, se um determinado projecto não as cumpre, não conseguirá ter o seu projecto de investimento aprovado. O meu estudo como irá incidir sobre os apoios dos fundos europeus às empresas, irei fazer referência principalmente ao Regulamento Específico do POCI e aos regulamentos gerais do QREN que decorreu de 2007 a 2013 e do Portugal 2020, que irá decorrer de 2014 a 2020. Excluo os apoios às empresas dos Programas de Desenvolvimento Rural e do Mar em virtude de serem áreas muito específicas e maioritariamente de um determinado tipo de empresa, o que ia desvirtuar esta análise. Na fase preliminar deste estudo além dos apoios referidos acho também referência à definição de efeito de incentivo no Regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo. Os apoios em que irei incidir são destinados a todas as dimensões de empresas e sectores, traduzindo numa análise mais geral e mais aproximada da realidade, permitindo uma segmentação por tipo de empresa e por tipo de apoio.

O efeito de incentivo é uma das obrigações que os projectos tem de cumprir e sobre a qual irei debruçar-me em virtude de ser a mais importante, na perspectiva de quem presta o apoio e na perspectiva de quem beneficia do mesmo. Os apoios deixam de fazer sentido se a maioria dos projectos não necessitar de fundos para serem realizados, nessa perspectiva deixamos de ter efeito de incentivo e passamos a ter efeito de tesouraria. O apoio deixa de ser um incentivo e passa a ser um “desconto” financeiro ao investimento. Na verdade e sejamos práticos, se não existir efeito de incentivo os apoios são resultado de gestão de tesouraria eficaz para as empresas que numa óptica maximização de lucro será sempre vista como uma oportunidade para todos os gestores.

b. Efeito de Incentivo – Definições

i. QREN

A definição das regras e obrigações dos candidatos a fundos europeus são em primeira instância definidos pela Comissão Europeia. A definição de efeito de incentivo e as suas

implicações foram também definidas por esse organismo. Esta definiu que deverá ser avaliado o efeito de incentivo de modo a garantir que de outra forma os investimentos não eram realizados na região em questão (Comissão Europeia, 2008). A comissão europeia regista igualmente que os critérios para avaliação do efeito de incentivo deverão ser aplicados a todos os incentivos regionais e todo o tipo de empresas (Comissão Europeia, 2008). A Comissão Europeia entende que os auxílios estatais só podem ser aprovados se uma condição necessária para o exercício da actividade em causa for o financiamento, ou seja, essa actividade não teria lugar se o financiamento não fosse concedido tendo em conta que os auxílios não são para facilitar o desenvolvimento de certas actividades económicas (Genk & Motors, 2008).

No QREN não existia nas candidaturas uma obrigação geral e inequívoca de justificação do efeito de incentivo, apesar de estar implícito ao longo dos regulamentos, no entanto disperso e sem ser necessário nos próprios formulários de candidatura elaborar uma justificação. Esta apenas teria que ser elaborada se fossem cumpridos alguns critérios nos projectos das empresas em função da dimensão da empresa e do valor do investimento, apesar de implicitamente o regulamento referir as condições principais que permitem justificar o efeito de incentivo, mas sem o referir directamente, embora presente nas diversas obrigações de elegibilidade dos projectos. A justificação não era necessária nas três tipologias de apoio às empresas, designadamente sistema de incentivos à Inovação, à internacionalização e qualificação de PME e à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. A forma como o quadro comunitário tinha regulada a justificação do efeito de incentivo era apenas necessária no Sistema de Incentivos à Inovação e á internacionalização e qualificação de PME. No sistema de incentivos à Inovação o efeito de incentivo deveria ser justificado no caso de projectos de investimento promovidos por empresas não PME, tendo ainda de ser apresentada informação adicional contendo demonstração do efeito de incentivo e, independentemente da dimensão do beneficiário, no caso de projectos com despesa elegível superior a 50 milhões de euros, deveria também ser apresentada a análise de custo-benefício que avalie, numa base incremental, todos os impactos do projecto, nomeadamente ao nível financeiro, económico, social e ambiental (Ministério da Economia de Portugal, 2007). Nesta tipologia apenas os projectos de não PME deveriam justificar o efeito de incentivo, com a excepção dos projectos acima de 50

milhões, em que nesta condição qualquer tipo de beneficiário teria que obrigatoriamente fazer essa justificação.

No sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico a justificação do efeito de incentivo deveria ser elaborado no caso de projectos de empresas Não PME tendo que demonstrar que o incentivo induz um aumento significativo da dimensão do projecto, do seu âmbito, do montante total despendido pelo beneficiário no projecto, do ritmo de realização do projecto ou do montante total afecto à I&DT (Ministério da Economia de Portugal, 2007). Nesta tipologia também apenas as empresas não PME teriam a obrigação de justificar o efeito de incentivo, no entanto por inerência a obrigação de apenas iniciar o projecto após a submissão da candidatura, permite-nos concluir que o pressuposto de necessidade de justificar o efeito incentivo esteja evidente de forma transversal na legislação.

Na tipologia Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME não existia a obrigação de efectuar qualquer tipo de justificação do efeito de incentivo, este programa era destinado apenas a empresas PME.

ii. Portugal 2020

No Portugal 2020 a definição de efeito de incentivo está consagrada nos regulamentos de forma específica. Apesar desta inclusão, no meu entender as exigências mantêm-se as mesmas do QREN, a diferença é que nos Portugal 2020 estão redigidas e são mais explícitas. Nos regulamentos para os incentivos à Inovação, Internacionalização e Qualificação de PME e I&DT está claramente indicada a forma como deve ser justificado o efeito de incentivo, para todas as empresas sem excepção.

No regulamento do POCI que está inserido na portaria 57-A/2015 existem três artigos em que o título é referente ao efeito de incentivo. Os três artigos dizem respeito às três tipologias de projectos, respectivamente, Inovação Empresarial e Empreendedorismo (artigo 27º), Qualificação e Internacionalização de PME (artigo 46º) e Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (artigo 67º). A redacção dos artigos altera consoante a especificidade dos mesmos, tendo em conta que o efeito de incentivo é atingido de formas diferentes. No sistema de incentivos à Inovação Empresarial e Empreendedorismo a redacção do artigo é a seguinte:

(portaria 57-A/2015, 27 de Fevereiro)

Artigo 27.º

Efeito de incentivo

1 - Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo anterior, considera-se que se encontra demonstrado o efeito de incentivo sempre que o beneficiário tenha apresentado a candidatura em data anterior à data de início dos trabalhos relativos ao projeto, conforme definição prevista na alínea uu) do artigo 2.º.

2 - Os projetos de interesse especial e os projetos de interesse estratégico têm que demonstrar o efeito de incentivo, em conformidade com o ponto 3.5 das Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020 – 2013/C 209/01, com base em uma de duas formas:

- a) Decisão de investimento - o financiamento incentiva a adoção de uma decisão de investimento positiva, uma vez que, de outra forma, o investimento não seria suficientemente rentável para que o beneficiário o realizasse na região em causa;
- b) Decisão de localização - o financiamento incentiva a realização do investimento projetado na região relevante, em detrimento de outra, visto compensar as desvantagens e os custos líquidos associados à implantação nessa região.

3 - Para além do disposto nos números anteriores, para os projetos localizados nas NUTS II Norte, Centro e Alentejo, considera-se que há efeito de incentivo quando, na ausência do financiamento, a realização do investimento na respetiva região não teria sido suficientemente rentável para o beneficiário, resultando assim no encerramento de um estabelecimento existente nessa região (Ministério da Economia de Portugal, 2015). Ao contrário do que estava consagrado no QREN, todas as empresas tem de justificar o efeito de incentivo e de garantir que o cumprem e tem de demonstrar que se o projecto incidir numa das três regiões de convergência, se não existisse financiamento o mesmo não teria sido realizado.

Na tipologia Qualificação e Internacionalização apenas faz referência a que está demonstrado o efeito de incentivo quando o projecto não inicia antes do indicado em candidatura. O que quer dizer que se o projecto tiver iniciado já não é justificável que necessite de financiamento para o realizar.

(portaria 57-A/2015, 27 de Fevereiro)

Artigo 46.º

Efeito de incentivo

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do anterior artigo, considera-se que se encontra demonstrado o efeito de incentivo sempre que o beneficiário tenha apresentado a candidatura em data anterior à data de início dos trabalhos relativos ao projeto, conforme definição prevista na alínea uu) do artigo 2.º (Ministério da Economia de Portugal, 2015).

A maioria dos projectos que se candidatam a esta tipologia tem como investimentos activos intangíveis, logo a questão da localização na região não se coloca, em virtude de serem investimentos que visam a internacionalização das empresas. Na tipologia de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico a redacção do artigo referente ao efeito de incentivo refere:

(portaria 57-A/2015, 27 de Fevereiro)

Artigo 67.º

Efeito de incentivo

1 – Considera-se efeito de incentivo, a alteração do comportamento do beneficiário por ação da concessão do incentivo, de modo a que este crie atividades adicionais que não teria realizado na ausência do incentivo ou que só teria realizado de uma forma limitada ou diferente, ou noutro local.

2 - Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 66.º, considera-se que se encontra demonstrado o efeito de incentivo sempre que o beneficiário tenha apresentado a candidatura em data anterior à data de início dos trabalhos relativos ao projeto, conforme definição prevista na alínea uu) do artigo 2.º

3 – Sem prejuízo do disposto no n.º 1, considera-se não existir efeito de incentivo, quando:

a) As atividades de I&D tenham por base uma obrigação contratual com uma entidade terceira, a qual financia os custos de desenvolvimento;

b) Não seja possível demonstrar que os resultados do projeto de I&D, sobre a forma de novos produtos ou serviços, podem ser disponibilizados pelo beneficiário a um número diverso de potenciais compradores (critério da venda múltipla).

4 - Os projetos que excedem os limiares de notificação definidos no artigo 4.º do Regulamento (UE) N.º 651/2014, de 16 de junho, para além de assegurarem o cumprimento da condição prevista no n.º 1, necessitam de fornecer elementos de prova claros de que os auxílios têm um impacto positivo na decisão da empresa de prosseguir actividades de I&D que, de outro modo, não teriam sido prosseguidas (Ministério da Economia de Portugal, 2015).

A definição de efeito de incentivo pretende assegurar que os investimentos que são realizados não iniciaram. Essa é uma condição essencial para assegurar que não são efectuadas candidaturas sobre investimentos iniciados ou mesmo que já tinham sido efectuados. Esta é uma questão que no Portugal 2020 está perfeitamente consagrada na sua legislação como já foi indicado. Os investimentos produtivos afectos ao Portugal 2020 têm ainda de demonstrar que o investimento que for realizado nas regiões de convergência em Portugal Continental tem de demonstrar que o financiamento é fundamental para que o investimento seja rentável do ponto de vista do beneficiário. Se uma empresa pretende fazer um investimento e necessitar de financiamento, terá que comprovar que o financiamento é essencial para efectuar o investimento nos montantes e horizonte temporal indicados. Ao obterem financiamentos as empresas têm de comprovar que o mesmo se traduz numa oportunidade de fazer o investimento com maior celeridade do que o previsto. Conseguindo antecipar resultados esperados desse investimento, dado que sem financiamento não investirá ou não conseguirá atingir a dimensão que apresentam na candidatura. Ao conseguir justificar estas condições, pelo menos uma delas, a candidatura será elegível relativamente à justificação do efeito de incentivo. Esta questão é meramente avaliada em função do que é expressamente indicado no formulário de candidatura, visto que durante todo o processo de acompanhamento dos investimentos esta questão não é mais reavaliada (à excepção dos projectos de Turismo, não existem visitas aos locais dos investimentos para assegurar que o beneficiário ainda não tinha ainda iniciado os investimentos). Ao avaliarmos a

legislação existente sobre o tema, será importante o cruzamento dos dados com as avaliações do QREN que foram elaboradas através de inquéritos às empresas.

Na legislação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo, portaria n.º 94/2015, de 27 de Março, está também consagrado no artigo 2º a Demonstração do Efeito de Incentivo. Incluímos esta redacção apenas para efeitos comparativos entre os vários conceitos de efeito de incentivo apresentados. A redacção do artigo é a seguinte:

Portaria n.º 94/2015, de 27 de Março

Artigo 2.º

Demonstração do Efeito de Incentivo

Nos casos em que o montante ajustado dos auxílios, calculado de acordo com o mecanismo definido no parágrafo 20 do artigo 2.º do RGIC, ultrapasse o limiar de notificação previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do RGIC, bem como nos casos previstos no artigo 5.º da presente portaria, deve ser demonstrado que, relativamente aos benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo, se verifica um dos seguintes cenários:

- a) O benefício fiscal, individualmente considerado ou em conjunto com outros auxílios de Estado com finalidade regional concedidos ao investimento ou projeto de investimento em questão, incentiva a adoção de uma decisão de investimento positiva, uma vez que, de outra forma, o investimento não seria suficientemente rentável para que o promotor o realizasse na região em causa (Cenário 1 - Decisão de investimento); ou
- b) O benefício fiscal, individualmente considerado ou em conjunto com outros auxílios de Estado com finalidade regional concedidos ao investimento ou projeto de investimento em questão, incentiva a realização do investimento projetado na região em causa em detrimento de outra, visto compensar as desvantagens e os custos líquidos associados à respetiva implantação nessa região (Cenário 2 - Decisão de localização) (Ministérios das Finanças e da Economia de Portugal, 2015).

A legislação obriga a que seja justificado o efeito de incentivo e claramente indica as condições para tal. Se uma das condições é ser necessário o financiamento para a realização dos investimentos, o mesmo é assegurado a tempo de contribuir para o seu financiamento? O estudo de casos permitirá perceber se a efectiva execução dos fundos europeus está alinhada com as condições que são exigidas para os mesmos. Em termos

de revisão de literatura dado que é um tema pouco aprofundado, além da legislação comunitária e nacional com referência directa ao efeito de incentivo apenas um artigo internacional foi usado como referência. Esta temática pretende discutir também a importância dos fundos europeus e a sua correcta aplicação, em que irei incidir se efectivamente as empresas que recebem os incentivos são alavancadas com o efeito de incentivo ou se não passa de eficiência financeira em conseguir o investimento ao menor custo possível.

3. Contextualização no caso português – QREN/Programa Operacional do Norte

a. Objectivos Estratégicos QREN/Programa Operacional do Norte

Os objectivos estratégicos do QREN que decorreu de 2007 a 2013 tinham que ser atingidos no ano de 2015. Os documentos estratégicos que as autoridades de gestão dos vários programas tornaram públicos tinham esta referência. No ano de 2015 seria medido o impacto do quadro comunitário em diversos indicadores sobre o país e as várias regiões. Neste estudo como direccionamos o estudo do efeito incentivo em projectos circunscritos à região Norte, faremos a contextualização do tema desta dissertação com base na informação do Programa Operacional do Norte. Os programas operacionais no QREN estavam segmentados por Programas Operacionais Temáticos, Programas Operacionais Regionais do Continente, Programas Operacionais das Regiões Autónomas, Programas Operacionais de Cooperação Territorial e Programas Operacionais de Assistência Técnica. O Programa Operacional do Norte insere-se nos Programas Operacionais Regionais do Continente. A diminuição das desigualdades territoriais e de competitividade era um dos objectivos do QREN. O reforço da coesão económica e social na União Europeia era o grande objectivo e para isso seria necessário corrigir os desequilíbrios regionais (Jornal Oficial das Comunidades Europeias³, 2002). Este objectivo está definido no artigo 160º do tratado que institui a Comunidade Europeia, relativamente ao FEDER⁴, o fundo que apoia o desenvolvimento regional e que financia os incentivos que estavam disponíveis para as empresas nos programas regionais do QREN. As regiões de convergência⁵ da União Europeia são as que tem mais acesso a fundos europeus para apoiar as suas empresas, principalmente as PME's. Em Portugal são regiões de Convergência o Norte, Centro, Alentejo e Açores. Algarve é uma região em transição⁶ e Lisboa e Madeira são regiões mais desenvolvidas⁷. O foco deste estudo será na região Norte, a região de Portugal que tem mais verbas disponíveis para apoiar as empresas. O Programa Operacional do Norte do QREN teve a seguinte estrutura:

³ Jornal em que é publicado a legislação e publicações da União Europeia.

⁴ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

⁵ São as regiões com PIB *per capita* inferior a 75% da média da União Europeia.

⁶ São as regiões com PIB *per capita* entre 75% e 90% da média da União Europeia.

⁷ São as regiões com PIB *per capita* superior a 90% da média da União Europeia.

- **Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento**
- **Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos**
- **Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial**
- **Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano**
- **Eixo Prioritário V – Governação e Capacitação Institucional**
- **Eixo Prioritário VI – Assistência Técnica**

(CCDR-Norte⁸, 2007)

O eixo em que se inserem as tipologias para as empresas é o eixo prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento. As tipologias estudadas nesta dissertação e que constam deste eixo prioritário são o sistema de Incentivos à Inovação, o sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME, o sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Ministério da Economia, 2007).

Os objectivos estratégicos a atingir com a execução dos fundos europeus tinham como denominação a estratégia Norte 2015. Esta estratégia definia a visão e planeamento estratégico para atingir os resultados a que a autoridade de gestão do Programa Operacional do Norte se propôs. O desenho da estrutura do Programa Operacional do Norte que foi elaborado pelas equipas da CCDR-Norte e do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional foi sustentado num diagnóstico da região. A análise SWOT que sustenta a proposta que foi elaborada do Programa Operacional do Norte define as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que foram consideradas.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- A Região de maior dimensão populacional, concentrando cerca de 38% da população jovem do país e apresentando o menor índice de envelhecimento do continente.	- Ritmo de crescimento económico da Região inferior à média europeia e mesmo em divergência negativa no contexto das regiões portuguesas.
- Região de economia com grande abertura ao exterior, com forte tradição e experiência de	- Níveis baixos de qualificação dos RH e elevadas taxas de abandono escolar face às

⁸ Comissão de Coordenação da Região Norte, organismo que é autoridade de gestão do Programa Operacional do Norte.

comércio internacional, grande vocação exportadora e intensas relações transfronteiriças.	médias nacionais e Europeias.
- Existência de uma rede de Universidades, Centros Tecnológicos e outras instituições de carácter técnico ou tecnológico crescentemente relacionada com a estrutura produtiva da Região, com emergência de algumas experiências muito positivas de investigação e desenvolvimento aplicado em sectores tradicionais com capacidade organizativa.	- Défice de articulação entre as empresas e as instituições do Ensino Superior e falta de uma dinâmica significativa de investimento empresarial na concepção e desenvolvimento de novos produtos e de sistemas de promoção e comercialização.
- Emergência, radicação e consolidação de um conjunto de instituições de I&D, internacionalmente acreditadas e com elevado reconhecimento e prestígio junto da comunidade científica a nível mundial.	- Agravamento dos fenómenos de desordenamento do território em especial na faixa litoral.
- Existência de diversos factores de competitividade no espaço rural da região: produção vitivinícola, a actividade leiteira, a produção de azeite, frutos frescos e secos e a produção florestal.	- Pouca “espessura institucional” e persistência de debilidades de financiamento que enfraquecem a promoção e internacionalização da região.
- Dimensão do Porto (cidade-aglomeração), medida em termos populacionais, económicos ou infra-estruturais, destacada no contexto do noroeste peninsular.	- Perda de dinamismo dos espaços regionais economicamente mais avançados designadamente a Área Metropolitana do Porto.
- Património cultural, arquitectónico e natural paisagístico de grande valor e com presença significativa em todo o território regional, com sinais de excelência conferidos pela classificação de áreas urbanas ou naturais como Património da Humanidade, pela UNESCO.	- Deficiente estrutura do sistema logístico. Sectores tradicionais de especialização na região com dificuldades em matéria de competitividade, resultantes de um modelo de negócio que se encontra esgotado.
- Grande aumento da oferta cultural do Norte. Melhoria do nível de saúde das populações,	- Fragilidades em algumas áreas de concentração, derivadas do mono especialização sectorial, particularmente ao nível da vulnerabilidade do emprego e do equilíbrio social.
	- Organização centralizada do sistema educativo, tendo como consequências o desajustamento dos currículos e dos programas de formação relativamente aos públicos que os frequentam e às necessidades do sector produtivo da Região.
	Insuficiente valorização do património

<p>expressa numa lenta, mas consistente, aproximação aos indicadores nacionais, em particular na área da saúde materno-infantil.</p>	<p>cultural traduzida na ainda precária preservação, conservação e divulgação do património.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Níveis de atendimento público por serviços de saneamento básico ainda profundamente deficitários, em especial na coroa territorial envolvente do Grande Porto. - Modelo de mobilidade urbana e regional assente de forma crescente no transporte automóvel individual, colocando em risco a sobrevivência dos sistemas de transporte colectivo e com implicações negativas ao nível do ambiente urbano.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - O elevado crescimento da economia e do comércio mundial e a retoma da economia europeia. - Revalorização do papel atribuído à actividade industrial na União Europeia. - Novas políticas Europeias na valorização dos recursos marinhos, da orla costeira e da actividade portuária. - Reconversão das indústrias tradicionais incorporando inovação tecnológica (utilização das nanotecnologias no desenvolvimento de materiais, das TIC na optimização dos processos produtivos) e não tecnológica (ao nível mercados, sourcing, moda-estilo e moda-funcionalidade). - Condições para a criação de um pólo de competitividade de carácter internacional, envolvendo a biotecnologia, o dispositivo médico, a indústria farmacêutica e centros de investigação de reconhecida excelência. - Políticas europeias de reforço do policentrismo, que funcionam como estímulo à organização em rede das cidades e da Região e à aposta em especializações funcionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - A grande abertura da economia regional implica grande vulnerabilidade às flutuações do contexto económico europeu e mundial, mantendo-se um elevado grau de incerteza acerca das verdadeiras implicações de alguns factores relativos ao seu enquadramento internacional (alargamento da UE, liberalização mundial do comércio, etc.). - Dificuldade crescente de fixação na Região de recursos humanos qualificados, nomeadamente de população jovem com formação superior. - Transferência de importantes centros de decisão para fora da Região, particularmente no que respeita à sede das grandes empresas ou grupos económicos (públicos ou privados). - Focos de tensão social decorrente do aumento substantivo do desemprego em praticamente todos os sub-espacos regionais acompanhados de dificuldades de alterações estruturais do actual modelo de relações laborais. - Actuações sectoriais, em matéria de emprego formação-educação, sem a devida articulação interinstitucional e com fragilidades ao nível da territorialização das intervenções.

<ul style="list-style-type: none">- A Região do Norte e a Galiza constituem, cada vez mais, uma área de economia crescentemente integrada, com um mercado potencial de mais de 6 milhões de habitantes. <p>Acréscimo da atractividade do negócio turístico na região decorrente do aumento acelerado da procura mundial.</p> <ul style="list-style-type: none">- Boas condições naturais para a produção de energias alternativas renováveis, permitindo a diminuição dos custos energéticos no sector produtivo.- Margem significativa de progresso para ganhos de diversidade e valor acrescentado em matéria de produtos agro-alimentares – tendo em consideração a solidez e know-how da estrutura técnico-científica regional. <p>Importância atribuída, nas políticas públicas, à difusão das novas tecnologias e ao fomento da inovação nos diversos campos da economia e da administração.</p> <ul style="list-style-type: none">- Expectativa de forte crescimento no sector da saúde, tendo em consideração a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o acréscimo da sua esperança de vida factores pouco sensíveis aos efeitos dos ciclos económicos.	<ul style="list-style-type: none">- Previsível declínio demográfico no período 2005-2015, acompanhando de um significativo envelhecimento da população.- Atraso e indefinição na conclusão dos grandes Eixos e infra-estruturas de transportes e logísticas transnacionais.
---	--

Tabela 1 - Análise SWOT da Região Norte (Fonte: CCDR-Norte, 2007)

Estes objectivos estratégicos são definidos de forma transversal a todas as áreas pelo que nem todos têm relação directa com as tipologias que estudaremos nesta dissertação. No entanto estas características da Região Norte foram a base para a definição dos programas, a definição das tipologias de concursos e da orientação com que foram definidos os regulamentos e regras específicas do acesso aos fundos europeus. Os objectivos estruturantes mais relevantes na estratégia do programa operacional do Norte eram:

- Consolidação dos serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação;

- Apoio à criação e consolidação de *clusters* emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia;
- Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial;
- Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização;
- Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
- Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento;
- Promoção de acções de eficiência energética;

O programa operacional do Norte apenas financia empresas PME's com projectos até 3 milhões de euros, salvo algumas excepções os projectos das grandes empresas são financiados pelo Programa Operacional Factores de Competitividade. O Programa Operacional do Norte tinha destinado no seu início um financiamento comunitário total no valor de 2.711.646€, sendo que no Eixo I, estavam destinados 786.645€. Este valor não era apenas destinado a empresas, pois em algumas tipologias de candidaturas podem concorrer entidades do Sistema Científico e Tecnológico e outras entidades sem fins lucrativos.

b. Sistemas de Incentivos às empresas

A minha dissertação incide sobre as principais e mais relevantes tipologias de incentivos para as empresas, sistema de incentivos à Inovação, sistema de incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME e sistema de incentivos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Em cada tipologia existem vários tipos de candidaturas adaptados para diversas realidades de investimentos. Estas representam 95% das tipologias que as empresas se candidatam no Programa Operacional do Norte. Apenas não inclui a tipologia SIALM – Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas devido a serem projectos muito específicos para empresas com baixa dimensão e actividade. Estes apoios não eram expressivos para que se justificasse a sua inclusão na amostra que defini para os casos de estudo. A compreensão da operacionalização dos fundos europeus carece de um conhecimento dos seus objectivos e âmbito de aplicação,

pelo que apresentarei a informação relevante das tipologias referidas para enquadramento do estudo. Os regulamentos são extensos pelo que apenas incluirei neste capítulo as informações mais relevantes para cada tipologia, os objectivos, as despesas elegíveis e as taxas de financiamento. Esses dados são suficientes para se perceber o papel de cada tipologia na competitividade das empresas e a de que forma reembolsa os investimentos efectuados.

i. Sistema de Incentivos à Inovação

Objectivo: O SI Inovação tem como objectivo promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como pela introdução de melhorias tecnológicas, criação de unidades de produção e estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento, segundo o artigo 3º do regulamento do sistema de incentivos à Inovação, anexo à portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela portaria n.º 353-2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

Tipologias: As candidaturas podiam ser elaboradas pelas tipologias Inovação Produtiva e Empreendedorismo Qualificado, sendo que estas últimas eram direccionadas para empresas existentes há menos de dois.

Despesas Elegíveis: As despesas elegíveis estão descritas no artigo 11º do regulamento do sistema de incentivos à Inovação, anexo à portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela portaria n.º 353-2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

a) Aquisição de máquinas e equipamentos directamente relacionados com o desenvolvimento do projecto, designadamente nas áreas da gestão, da produção, da comercialização e marketing, das comunicações, da logística, do design, da qualidade, da segurança e saúde, do controlo laboratorial, da eficiência energética e do ambiente, em particular os de tratamento e ou valorização de águas residuais e emissões para a atmosfera, valorização, tratamento ou destino final de resíduos, redução de ruído para o

exterior e de introdução de tecnologias eco -eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais;

b) Aquisição de equipamentos informáticos relacionados com o desenvolvimento do projecto;

c) Instalação de sistemas energéticos para consumo próprio, utilizando fontes renováveis de energia;

d) Software standard e específico, relacionado com o desenvolvimento do projecto;

e) Activos intangíveis, constituído por transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, licenças, «saber -fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente,

f) Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projectos de arquitectura e de engenharia, associados ao projecto de investimento;

g) Investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis, nomeadamente assistência técnica, auditorias energéticas, testes e ensaios;

h) Custo associado aos pedidos de direitos de propriedade industrial, designadamente taxas, pesquisas ao estado da técnica, anuidades e honorários de consultoria em matéria de propriedade industrial;

i) Despesas relacionadas com a promoção internacional, designadamente alugueres de equipamentos e espaço de exposição, contratação de serviços especializados, deslocações e alojamento e aquisição de informação e documentação específica relacionadas com a promoção internacional que se enquadrem no âmbito das seguintes acções:

j) Acções de prospecção e presença em mercados externos, designadamente prospecção de mercados, participação em concursos internacionais, participação em certames internacionais nos mercados externos, acções de promoção e contacto directo com a procura internacional. Acções de promoção e marketing internacional, designadamente

concepção e elaboração de material promocional e informativo e concepção de programas de marketing internacional;

k) Despesas inerentes à certificação de sistemas, produtos e serviços, nomeadamente, despesas com a entidade certificadora, assistência técnica específica, ensaios e dispositivos de medição e monitorização, calibrações, bibliografia e acções de divulgação;

l) Despesas inerentes ao desenvolvimento de sistemas de gestão pela qualidade total e à participação em prémios nacionais e internacionais;

m) Implementação de sistemas de planeamento e controlo;

n) Despesas inerentes à obtenção do rótulo ecológico e à certificação e marcação de produtos;

o) Despesas com a criação e desenvolvimento de insígnias, marcas e colecções próprias;

p) Registo inicial de domínios e *fees* associados à domiciliação da aplicação em entidade externa, adesão a *marketplaces* e outras plataformas electrónicas, criação e publicação de catálogos electrónicos de produtos e serviços, bem como a inclusão e ou catalogação.

q) Formação Profissional

(Ministério da Economia, 2007)

Taxas de Financiamento: A taxa base de financiamento é de 45% podendo obter majorações. As majorações podem ser de 10% se média empresa ou de 20% para pequenas empresas (com projectos até 50 milhões de euros) e podem obter um acréscimo de 10% se os projectos estiverem inseridos em estratégias de eficiência colectiva, tal como está descrito no artigo 14º do regulamento do sistema de incentivos à Inovação, anexo à portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela portaria n.º 353-2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

ii. Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME

Objectivo: O SI Qualificação PME tem como objectivo a promoção da competitividade das empresas através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa das PME no mercado global, segundo o artigo 3º do Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -A/2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

Tipologias: As tipologias estão descritas no artigo 6º do Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -A/2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

- 1) *Projecto individual* — apresentado a título individual por uma PME;
- 2) *Projecto conjunto* — apresentado por uma ou mais entidades referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo seguinte que, com o apoio de entidades contratadas, desenvolve um programa estruturado de intervenção num conjunto maioritariamente composto por PME, observando as condições expressas no anexo A;
- 3) *Projecto de cooperação* — apresentado por uma PME ou consórcio liderado por PME, que resulte de uma acção de cooperação interempresarial;
- 4) *Projecto simplificado de inovação (Vale Inovação)* — apresentado por uma PME para aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação a entidades do SCT, qualificadas para o efeito.

Despesas Elegíveis: As despesas elegíveis estão descritas no artigo 12º do Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -A/2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

As despesas elegíveis são:

- a) Aquisição de máquinas e equipamentos específicos e exclusivamente destinados às áreas da gestão, da comercialização e marketing, da distribuição e logística, do design,

da qualidade, da segurança e saúde no trabalho, do controlo laboratorial, da eficiência energética e energias renováveis, do ambiente, em particular os de tratamento de águas residuais, emissões para a atmosfera, resíduos, redução de ruído e de introdução de tecnologias eco -eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais;

b) Aquisição de equipamentos informáticos relacionados com o desenvolvimento do projecto;

c) *Software* standard e específico, relacionado com o desenvolvimento do projecto;

d) Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas em matéria de ambiente, incluindo, no caso do sector dos transportes, os custos suplementares de aquisição de veículos com um nível de protecção do ambiente superior ao exigido pelas normas comunitárias;

e) Activo fixo intangível, constituído por transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, licenças, «saber -fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, sendo que no caso de empresas não PME estas despesas não poderão exceder 50 % das despesas elegíveis do projecto;

f) Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas,

g) Estudos, diagnósticos, auditorias e planos de marketing associados ao projecto de investimento;

h) Investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis, nomeadamente assistência técnica, auditorias energéticas, testes e ensaios;

i) Custos associados aos pedidos de direitos de propriedade industrial;

j) Despesas relacionadas com a promoção internacional, designadamente alugueres de equipamentos e espaço de exposição, contratação de serviços especializados, deslocações e alojamento e aquisição de informação e documentação específica relacionadas com a promoção internacional

- k) Acções de prospecção e presença em mercados externos, designadamente prospecção de mercados, participação em concursos internacionais, participação em certames internacionais nos mercados externos, acções de promoção e contacto directo com a procura internacional;
- l) Acções de promoção e marketing internacional, designadamente concepção e elaboração de material promocional e informativo e concepção de programas de marketing internacional;
- m) Despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, bem como os custos associados a implementação de planos de igualdade;
- n) Despesas inerentes à certificação dos sistemas, produtos e serviços
- o) Despesas inerentes à implementação de sistemas de gestão pela qualidade total e à participação em prémios nacionais e internacionais;
- p) Implementação de sistemas de planeamento e controlo;
- q) Despesas inerentes à obtenção do rótulo ecológico e à certificação e marcação de produtos;
- q) Despesas com a criação e desenvolvimento de insígnias, marcas e colecções próprias;
- r) Registo inicial de domínios e *fees* associados à domiciliação da aplicação em entidade externa, adesão a *marketplaces* e outras plataformas electrónicas, criação e publicação de catálogos electrónicos de produtos e serviços, bem como a inclusão e ou catalogação;
- s) Custo, por um período até 24 meses, com a contratação de um máximo de dois novos quadros técnicos a integrar por PME, com nível de qualificação igual ou superior a VI;
- t) Investimentos em formação de recursos humanos no âmbito do projecto de acordo com o regulamento específico dos apoios à formação profissional.

(Ministério da Economia, 2007).

Taxas de Financiamento: As taxas de financiamento encontram-se descritas no artigo 15º do Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de

PME, anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -A/2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007). Inicialmente cada projecto obtém 40% de taxa base, podendo obter como acréscimo majorações. As majorações eram, majoração de tipo empresa para pequenas empresas de 5%, majoração de tipo de despesa de 5% ou 10% consoante a dimensão da empresa e majoração de 5% para projectos inseridos em estratégias de eficiência colectiva (Ministério da Economia, 2007).

iii. Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

Objectivo: O SI I&DT tem como objectivo intensificar o esforço nacional de I&DT e a criação de novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do SCT, segundo o artigo 3º do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.os 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

Tipologias: No sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico existem diversas tipologias descritas no artigo 14º Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.os 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril. As tipologias são:

- a) I&DT Empresas, podem ser individuais ou em co-promoção. Individuais são realizados por uma empresa apenas, em co-promoção uma empresa é o líder de um consórcio e pode ter co-promotores do sector empresarial ou do sistema científico e tecnológico;
- b) Projectos mobilizadores, direccionados para clusters;
- c) Vale I&DT, concedido a PME para aquisição de serviços de I&DT a entidades qualificadas;
- d) I&DT Colectiva, projectos de I&D promovidos por associações empresariais;
- e) Núcleo de I&DT, promovidos por PME para a criação de unidades estruturadas de I&D;

- f) Centros de I&DT, promovidos por empresas que já desenvolvem actividades de I&DT de forma contínua e estruturadas;
- g) Valorização de I&DT, projectos demonstradores promovidos por empresas;

(Ministério da Economia, 2007).

Despesas Elegíveis: As despesas elegíveis estão descritas no artigo 11º do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.os 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

1 — No caso de projectos de I&DT empresas, com excepção do vale I&DT, e projectos demonstradores, consideram -se elegíveis as seguintes despesas:

- a) Despesas com pessoal técnico do promotor dedicado a actividades de I&DT, incluindo bolseiros contratados pelo promotor com bolsa integralmente suportada por este;
- b) Aquisição de patentes a fontes externas ou por estas licenciadas, a preços de mercado, e que se traduzam na sua efectiva endogeneização por parte do promotor;
- c) Matérias -primas e componentes necessárias para a construção de instalações piloto ou experimentais e ou de demonstração e para a construção de protótipos;
- d) Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria;
- e) Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico imprescindível ao projecto e que fiquem afectos em exclusividade à sua realização durante o período de execução do projecto;
- f) Aquisição de software específico para o projecto;
- g) Despesas associadas à formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos nacionais, no estrangeiro pela via directa nas administrações nacionais, comunitários, europeus e internacionais, designadamente taxas, pesquisas ao estado da técnica e honorários de consultoria em matéria de propriedade industrial;

- h) Despesas com a promoção e divulgação dos resultados de projectos de inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do sector utilizador final ou de empresas alvo, incluindo a inscrição e aluguer de espaços em feiras nacionais ou no estrangeiro, excluindo despesas correntes e ou com fins de natureza comercial;
- i) Viagens e estadas no estrangeiro directamente imputáveis ao projecto e comprovadamente necessárias à sua realização, excluindo deslocações para contactos e outros fins de natureza comercial;
- j) Despesas com o processo de certificação do Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, designadamente honorários de consultoria, formação e instrução do processo junto da entidade certificadora;
- l) Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º;
- m) Imputação de custos indirectos, calculados de acordo com metodologia a definir pelos órgãos de gestão.

2 — No caso do vale I&DT, apenas são elegíveis despesas de investigação adquiridas a fornecedores certificados;

3 — No caso de projectos de núcleos e centros de I&DT, apenas são elegíveis despesas em equipamento científico e técnico afecto a actividades de I&D, incluindo licenças de software,

- a) Adaptação de instalações quando imprescindíveis para a realização do projecto;
- b) No caso de núcleos de I&DT, despesas com a contratação de um máximo de três novos quadros técnicos que ficarão dedicados em exclusividade a actividades de I&DT, com nível de qualificação igual ou superior a VI;

4 — Para os projectos demonstradores, além das despesas previstas no n.º 1, são ainda elegíveis despesas com:

- a) Adaptação de edifícios e instalações quando imprescindíveis para a realização do projecto até ao limite de 20 % da despesa elegível do projecto;

- b) Transporte, seguros, montagens e desmontagens de equipamentos e instalações específicas do projecto;
- c) Despesas inerentes à aplicação real no sector utilizador, até ao limite máximo de 15 % das despesas elegíveis do projecto;
- d) Modelos computacionais dos protótipos com funções de simulação, quando adequados à demonstração dos resultados passavam desse imposto e possa exercer o direito à respectiva dedução.

(Ministério da Economia, 2007).

Taxas de Financiamento: As taxas de financiamento estão descritas no Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.ºs 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril (Ministério da Economia, 2007).

1 — No caso de projectos de I&DT empresas individuais, em co-promoção e mobilizadores, e de projectos demonstradores, o incentivo a conceder às empresas é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa base máxima de 25%, a qual poderá ser acrescida das seguintes majorações:

- a) Majoração «Investigação industrial»: 25 pontos percentuais a atribuir a actividades de I&DT classificadas como tal;
- b) Majoração «Tipo de empresa»: 10 p. p. a atribuir a médias empresas ou 20 p. p. a atribuir a pequenas empresas;
- c) Majoração de 15 p. p. quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:
 - c1) Majoração «Cooperação entre empresas», a atribuir quando o projecto verificar cumulativamente as seguintes condições:
 - i) Envolver uma cooperação efectiva entre empresas autónomas umas das outras;
 - ii) Nenhuma empresa suportar mais de 70 % das despesas elegíveis do projecto;

iii) Envolver uma cooperação com pelo menos uma PME ou envolver actividades de I&DT em pelo menos dois Estados membros;

c2) Majoração «Cooperação com entidades do SCT», a atribuir quando se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

i) A participação das entidades do SCT representa pelo menos 10 % das despesas elegíveis do projecto;

ii) As entidades do SCT têm o direito de publicar os resultados do projecto de investigação que resultem da I&DT realizada por essa entidade;

c3) Majoração «Divulgação ampla dos resultados», a atribuir apenas a actividades de investigação industrial, desde que os seus resultados sejam objecto de divulgação ampla através de conferências técnicas e científicas ou publicação em revistas científicas ou técnicas ou armazenados em bases de dados de acesso livre, ou seja, às quais é livre o acesso aos dados de investigação brutos ou através de um software gratuito ou público.

2 — No caso de núcleos e centros de I&DT, o incentivo a conceder é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 50 % no caso de pequenas empresas, de 40 % no caso de médias empresas e de 30 % no caso de não PME.

3 — No caso do vale I&DT, a taxa máxima de incentivo é de 75 %, sendo que o auxílio atribuído a cada promotor no âmbito da presente tipologia de projecto e no âmbito dos projectos simplificados de inovação (Vale Inovação) previstos no Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME não poderá ultrapassar, no seu conjunto, um valor máximo de € 200 000 por um período de três anos.

(Ministério da Economia, 2007)

Estas tipologias representaram a grande maioria de candidaturas para as empresas no QREN, inseridas no Programa Operacional Factores de Competitividade. Não foi efectuada referência ao SIALM, o sistema de incentivos de apoio local a microempresas, pelo facto dos projectos submetidos a esta tipologia não ultrapassarem

não serem relevantes para a análise, concentrando o estudo nas três tipologias principais e que transitaram também para o Portugal 2020.

c. Norma de Pagamentos

Os projectos nas tipologias descritas podiam ter a duração de 2 a 3 anos no máximo, o início e o fim dos projectos são indicados pela data da primeira factura e a data da última factura. A essa duração máxima seriam sempre acrescentados 3 meses para liquidar as últimas facturas que estariam por pagar. A Norma de Pagamentos do QREN era definida pela Orientação de Gestão n.º 4.REV3/2012 (Ministério da Economia, 2012). A execução dos projectos era medida em semestralidades, em que era verificado através de pedidos de reembolso em que nível de despesa realizada se encontrava. Em cada pedido de reembolso as empresas submetiam as despesas liquidadas e obtinham o incentivo correspondente. As empresas podiam submeter pedidos de pagamento com o mínimo de 10% de despesa elegível liquidada. Os reembolsos podiam ser submetidos de três forma diferentes, nomeadamente através de:

1. Pagamento a Título de Adiantamento contra Garantia (PTA - Garantia) - pagamento do incentivo sem a correspondente contrapartida de despesa de investimento validada contra a apresentação de Garantia;
2. Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura (PTA - Fatura) - pagamento do incentivo contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis faturadas e não liquidadas;
3. Pagamento a Título de Reembolso (PTR) - pagamento do incentivo contra apresentação de despesas de investimento elegíveis realizadas e pagas, podendo ser Intercalar (PTRI) ou Final (PTRF);

(Ministério da Economia, 2012).

As despesas são avaliadas em função da sua elegibilidade e enquadramento com o que foi submetido com a candidatura do projecto. A análise é efectuada pelo organismo intermédio que poderá ser AICEP, IAPMEI, ANI e Turismo de Portugal. Estes organismos são seleccionados em função da tipologia de cada projecto e fazem todo o acompanhamento dos reembolsos. Em cada análise emitem um parecer e propõe o

pagamento ao beneficiário. Segundo a norma de pagamentos do QREN, Orientação de Gestão n.º 4.REV3/2012, no ponto 7 denominado Pagamento aos Promotores refere que o pagamento é assegurado pelo Organismo Pagador no prazo de 15 dias (Ministério da Economia, 2012), após a emissão da ordem de pagamento, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- a) Disponibilidade de tesouraria;
 - b) Suficiência das informações exigíveis na fundamentação do pedido de pagamento;
 - c) Regular situação dos promotores perante a administração fiscal, a segurança social e as entidades pagadoras dos incentivos;
 - d) Inexistência de decisão de suspensão de pagamentos aos promotores.
- (Ministério da Economia, 2012)

Além da definição de regras para obter os pagamentos de incentivo, estão definidos também todos os procedimentos a observar no encerramento dos projectos. A legislação dos processos de pagamento no QREN relativamente às tipologias dos sistemas de incentivos à Inovação, Internacionalização e Qualificação de PME e Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, estava consagrada nesta norma de pagamentos.

d. Análise Execução projectos QREN – Investimentos na Região Norte (PO Norte e COMPETE)

Esta dissertação é baseada nos projectos que tiveram por base única e exclusivamente investimentos na região Norte. Este critério permite que na análise à gestão financeira dos reembolsos sejam avaliados projectos circunscritos à mesma região e por isso com o mesmo critério na localização do investimento. Analisar projectos de todas as regiões iria necessitar de uma amostra superior para que o efeito comparativo das várias regiões fosse uma realidade e fornecesse dados para análises substantivas.

A região Norte obteve mais fundo aprovado por região NUTS II no QREN até 2013, ano em que encerraram os concursos. O acompanhamento dos projectos aprovados prolongou-se até 30 de Junho de 2015.

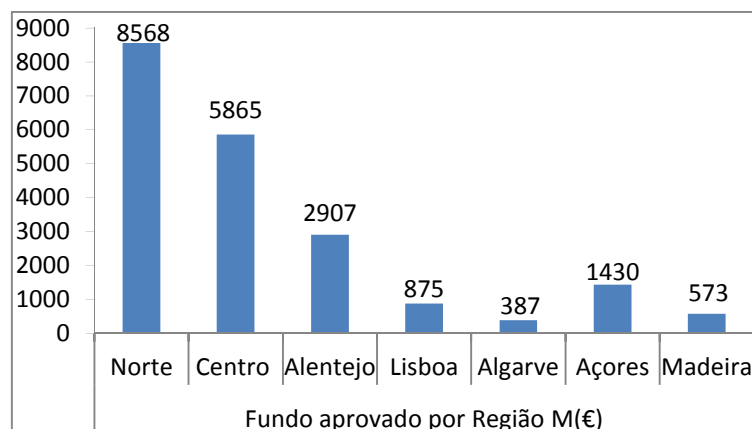


Figura 1 - Fundo aprovado por Região (M€)

Os valores de fundo aprovado por região envolvem todos os concursos, tendo sido calculado o fundo aprovado para investimentos de qualquer projecto ou beneficiário na Região Norte. Nas empresas com investimentos na região Norte financiados pelo Programa Operacional do Norte, destacam-se os projectos do Sistema de Incentivos à Inovação. Estes projectos contribuem com mais de metade do fundo de projectos aprovados na região Norte financiado pela Programa Operacional do Norte, para as principais tipologias de candidatura para empresas, como se pode comprovar na tabela 3. A média do investimento elegível dos projectos submetidos no sistema de incentivos à inovação é de 1.039.766€ (CCDR-N, 2015). Um valor considerável tendo em conta que esta tipologia de projectos financia investimentos produtivos e de valor acrescentado para a região.

Tipologia de operações PO NORTE	Nº	Projetos Aprovados	
		Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT	395	102.183.719	66.843.114
Projetos Individuais de I&DT	136	49.791.230	31.217.562
Projetos em copromoção de I&DT	89	40.207.908	28.687.279
Núcleos e Centros de I&DT	30	8.082.737	3.875.012
Vale I&DT	140	4.101.845	3.063.260
SI Inovação	490	509.485.518	336.616.074
Projetos de Inovação Produtiva	380	435.247.634	284.103.082
Projetos de Empreendedorismo Qualificado	110	74.237.884	52.512.992
SI Qualificação e Internacionalização de PME	2.471	310.114.556	163.483.821
Projetos Individuais e em Cooperação	1.117	266.810.066	131.860.305
Projetos Conjuntos	24	15.465.058	10.807.010
Vale Inovação	1.330	27.839.432	20.816.506
TOTAL	3.356	921.783.794	566.943.010

Tabela 2 - Projectos aprovados, investimento elegível e incentivo aprovado no Programa Operacional do Norte, nas principais tipologias para as empresas (fonte: www.novonorte.qren.pt)

No QREN os projectos de I&DT aprovados pelo Programa Operacional do Norte representam pouco mais de 10% dos restantes projectos em valor de investimento aprovado. Esta tipologia necessita de empresas com capacidade de inovar e de enquadrar nos seus quadros, recursos altamente qualificados que permitam aprovar projectos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Apesar destas condicionantes, não deixa de ser um valor baixo tendo em conta os incentivos que existem para a investigação.

Além dos projectos financiados pelo Programa Operacional do Norte, foram também financiados projectos no Programa Operacional Factores de Competitividade com investimentos na região Norte. Estes projectos eram realizados por grandes empresas ou por PME's com investimentos superiores a 3 milhões de euros. Não incluí nesta análise os projectos multi-regiões, ou seja, que tinham previsto investimento em mais do que uma região e por essa razão independentemente do valor do projecto, passa a ser financiado pelo Programa Operacional Factores de Competitividade. Nos projectos realizados na região Norte e financiados pelo COMPETE destaco tal como no Programa Operacional do Norte, os realizados na tipologia Sistema de Incentivos à Inovação. O investimento elegível aprovado representa 64% de todo o investimento financiado pelo COMPETE na região Norte, conforme se pode comprovar na tabela 4.

Tipologia de operações COMPETE	Nº	Projectos Aprovados	
		Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT	302	391.169.763	159.727.929
Projectos Individuais de I&DT	184	306.554.824	106.277.500
Projectos em co-promoção de I&DT	84	82.109.323	52.178.401
Núcleos e Centros de I&DT	7	1.743.206	730.398
Vale I&DT	27	762.410	571.630
SI Inovação	407	1.152.386.401	586.352.911
Projectos de Inovação Produtiva	404	1.150.021.409	584.959.700
Projectos de Empreendedorismo Qualificado	3	2.364.992	1.393.211
SI Qualificação e Internacionalização de PME	840	255.271.676	134.133.866
Projectos Individuais e em Cooperação	477	122.549.544	54.396.257
Projectos Conjuntos	35	125.799.630	74.561.499
Vale Inovação	328	6.922.502	5.176.110
TOTAL	1549	1.798.827.840	880.214.706

Tabela 3 - Projectos aprovados, investimento elegível e incentivo aprovado no Programa Operacional Factores de Competitividade (Compete), nas principais tipologias para empresas de projectos com investimentos na Região Norte (Fonte: www.pofc.qren.pt)

O investimento elegível em projectos de I&DT na região Norte financiado pelo Programa Operacional Factores de Competitividade atingiu quase 4 vezes mais o valor de investimento elegível do que os projectos no Programa Operacional Regional do Norte. As empresas financiadas pelo COMPETE são mais na sua maioria grandes empresas ou PME's com recursos técnicos e financeiros e por isso tem maior apetência para a realização deste tipo de projectos. Em suma a região Norte em investimentos do QREN angariou 2.720.611.634€ de investimentos em projectos nos sistemas de incentivos de I&DT, Inovação e Qualificação e Internacionalização de PME (COMPETE, 2015). O incentivo médio nos projectos financiados pelo Programa Operacional Factores de Competitividade representa 49% e nos projectos financiados pelo Programa Operacional do Norte é de 62%. A diferença deve-se às majorações que as PME's beneficiam devido à sua dimensão em detrimento das grandes empresas.

A amostra que apresentamos neste estudo de 10 projectos financiados pelo Programa Operacional do Norte e 4 projectos financiados pelo programa Operacional Factores de Competitividade com investimentos na região Norte representa 0,3% e 0,26% respectivamente, baseando-me na totalidade de projectos aprovados nas tabelas 2 e 3 para esse cálculo.

4. Avaliação do Efeito de Incentivo – Estudos de Caso

a. Estudos de Caso – Empresas com investimentos na Região Norte

i. Enquadramento

Os estudos de caso apresentados neste estudo foram seleccionados tendo em conta que o investimento tivesse sido realizado na região Norte. A opção pela região Norte recaiu pelo facto de ser a região em que as empresas têm acesso a mais valor em fundos europeus e por isso é também a região do país com maior número de projectos e valor de investimento elegível aprovado. Seria inviável com 14 estudos de caso conseguir elaborar um estudo multi-regiões, teria que forçosamente ter projectos realizados em todas as regiões e aumentar a amostra significativamente no sentido de conseguir atingir conclusões fidedignas. A amostra que apresentamos neste estudo de 10 projectos financiados pelo Programa Operacional do Norte e 4 projectos financiados pelo programa Operacional Factores de Competitividade com investimentos na região Norte representa 0,3% e 0,26% respectivamente, baseando-me na totalidade de projectos aprovados nas tabelas 2 e 3 para esse cálculo.

A intenção da amostra foi incluir todas as tipologias de projectos seleccionadas para este estudo, tendo optado por incluir na amostra 4 casos de grandes empresas com investimentos no Norte do país. As grandes empresas com investimentos nestas tipologias de incentivo, mesmo com investimentos na região Norte, são apoiadas pelo Programa Operacional Factores de Competitividade e não pelo Programa Operacional do Norte. Para efeitos deste estudo esta situação não altera a análise, visto que a regra para a amostra foi seleccionar empresas com investimentos na região Norte e por isso todos os projectos são das três principais tipologias para as empresas do QREN (Sistemas de incentivo à Inovação, Qualificação e Internacionalização de PME e I&DT) e tem investimentos na região Norte. Esta decisão reforça a análise, visto permitir avaliar se existe alguma alteração na análise aos pedidos de reembolso pelos organismos em função da dimensão da empresa.

Até aqui descrevi todos os conceitos que estão inerentes a este estudo, nomeadamente as várias definições e aplicações do efeito de incentivo e as regras dos programas que constam nos estudos de caso. Neste capítulo iremos focar na gestão financeira dos pedidos de reembolso de modo a avaliar as barreiras que a má gestão e os atrasos criam

aos projectos e por isso, destorcem o espírito das candidaturas aos fundos europeus. Se as empresas têm de obrigatoriamente demonstrar que o seu projecto só é viável com o incentivo, se este não é reembolsado nos prazos legais e principalmente durante o projecto, obriga a que os beneficiários tenham que garantir 100% do financiamento.

Em primeiro lugar irei analisar o tempo dos pedidos de reembolso dos projectos desde a submissão até à transferência para a conta da empresa e perceber a quantidade de incentivo que a empresa recebe e consegue reinvestir no projecto. Em segundo lugar farei uma análise global, utilizando indicadores no sentido de expor o cenário resultante da avaliação da gestão financeira dos projectos do estudo de caso. Por último, relacionarei as conclusões conseguidas com a legislação dos fundos europeus afecta ao efeito de incentivo e concluirei relativamente à forma como estes projectos foram geridos no QREN. Todos os dados indicados neste estudo foram conversados e discutidos com o responsável do projecto e depois confirmados em documentos oficiais e plataformas das entidades gestoras do QREN.

ii. Dados de gestão dos reembolsos dos projectos

1. Projecto PME A

Investimento Elegível: 300.001€ a 500.000€

Taxa de fundo comunitário: 70%

Tipologia de Apoio: I&DT

Data de Início: 01-07-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa da área das Tecnologias de Informação e Comunicação com o objectivo de desenvolver um equipamento inovador de controlo parental para bebés.

	1º Reembolso		2º Reembolso		3º Reembolso		4º Reembolso	
	Submissão	Incentivo	Submissão	Incentivo	Submissão	Incentivo	Submissão	Incentivo
Datas	26-02-2014	27-05-2014	23-07-2014	21-10-2014	20-12-2014	31-03-2015	28-09-2015	04-07-2016
Dias úteis	65		65		72		201	
Valor	22.399,72 €		28.957,71 €		30.919,10 €		46.000,38 €	

Tabela 4 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME A.

2. Projecto PME B

Investimento Elegível: 300.001€ a 500.000€

Taxa de fundo comunitário: 45%

Tipologia de Apoio: Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

Data de Início: 17-09-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa de Engenharia com o objectivo de expandir o processo de Internacionalização da empresa em novos mercados.

	1º Reembolso		2º Reembolso		3º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	31-03-2014	18-07-2014	24-09-2014	04-03-2015	30-09-2015	14-07-2016
Dias úteis	80		116		207	
Valor	27.626,08 €		42.548,87 €		79.101,50 €	

Tabela 5 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME B.

3. Projecto PME C

Investimento Elegível: até 100.000€

Taxa de fundo comunitário: 75%

Tipologia de Apoio: Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
- Vale Simplificado

Data de Início: 26-11-2013 | *Data de Fim:* 10-09-2014

Resumo: Projecto de empresa da área das Tecnologias de Informação com o objectivo de desenvolver uma aplicação móvel relacionada com turismo da cidade do Porto.

	1º Reembolso		2º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	11-07-2014	27-11-2014	04-03-2015	12-11-2015
Dias úteis	100		182	
Valor	3.750,00 €		10.612,50 €	

Tabela 6 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME C.

4. Projecto PME D

Investimento Elegível: até 100.000€

Taxa de fundo comunitário: 75%

Tipologia de Apoio: Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
- Vale Simplificado

Data de Início: 19-06-2014 | *Data de Fim:* 14-06-2015

Resumo: Empresário em nome individual com o objectivo de desenvolver um plano de negócios para a criação de plataforma relacionada com informação sobre cursos pós-graduados.

	1º Reembolso		2º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	18-06-2015	15-07-2015	18-06-2015	21-12-2015
Dias úteis	20		133	
Valor	14.250,00		750,00	

Tabela 7 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME D.

5. Projecto PME E

Investimento Elegível: 100.001€ a 300.000€

Taxa de fundo comunitário: 45%

Tipologia de Apoio: Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

Data de Início: 07-11-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa do sector têxtil com o objectivo de expansão das suas vendas em novos mercados internacionais.

	1º Reembolso		2º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	25-07-2014	26-01-2015	30-09-2015	17-07-2016
Dias úteis	132		208	
Valor	18.224,34 €		98.179,47 €	

Tabela 8 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME E.

6. Projecto PME F

Investimento Elegível: até 100.000€

Taxa de fundo comunitário: 75%

Tipologia de Apoio: Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - Vale Simplificado

Data de Início: 07-06-2014 | *Data de Fim:* 21-07-2014

Resumo: Projecto de empresa do calçado que desenvolve sapatos personalizados para ocasiões festivas com o objectivo de desenvolver uma aplicação móvel que permita criar o seu próprio sapato.

	1º Reembolso		2º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	09-09-2014	04-12-2014	13-02-2015	16-11-2015
Dias úteis	63		197	
Valor	12.730,00 €		670,00 €	

Tabela 9 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME F.

7. Projecto PME G

Investimento Elegível: 100.000€ a 300.000€

Taxa de fundo comunitário: 75,79%

Tipologia de Apoio: I&DT

Data de Início: 01-09-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa da área das Tecnologias de Informação e Comunicação que actua no segmento das telecomunicações e espaço com o objectivo de criar uma solução que permita reduzir o consumo de energia na utilização de software.

	1º Reembolso		2º Reembolso		3º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	17-05-2014	20-12-2014	04-03-2015	13-12-2015	30-09-2015	18-07-2016
Dias úteis	155		203		209	
Valor	35.427,04 €		1.229,51 €		29.818,25 €	

Tabela 10 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME G.

8. Projecto PME H

Investimento Elegível: 500.001€ a 1.000.000€

Taxa de fundo comunitário: 57,72%

Tipologia de Apoio: I&DT

Data de Início: 01-02-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa da área da Engenharia que desenvolveu uma solução inovadora para a construção de pontes.

	1º Reembolso		2º Reembolso		3º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	16-05-2014	03-02-2015	30-01-2015	21-04-2015	28-09-2015	04-07-2016
Dias úteis	188		58		201	
Valor	135.987,60 €		32.376,28 €		142.460,64 €	

Tabela 11 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME H.

9. Projecto PME I

Investimento Elegível: 100.001€ a 300.000€

Taxa de fundo comunitário: 45%

Tipologia de Apoio: Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

Data de Início: 14-12-2010 | *Data de Fim:* 30-11-2013

Resumo: Projecto de empresa da área da consultoria de gestão e contabilidade com o objectivo de adquirir hardware e software para a sua actividade.

	1º Reembolso		2º Reembolso		3º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	31-01-2011	29-03-2011	26-07-2011	20-09-2011	08-02-2012	19-04-2012
Dias úteis	42		41		52	
Valor	12.375,00 €		11.514,87 €		14.785,90 €	

Tabela 12 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME I (do 1º ao 3º reembolso).

4º Reembolso		5º Reembolso		6º Reembolso		7º Reembolso	
Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
02-08-2012	18-09-2012	04-02-2013	19-03-2013	12-07-2013	03-09-2013	27-02-2014	19-05-2015
34		32		38		319	
8.710,86 €		4.566,37 €		6.537,94 €		1055,25 €	

Tabela 13 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME I (do 4º ao 7º reembolso).

10. Projecto PME J

Investimento Elegível: 300.001€ a 500.00€

Taxa de fundo comunitário: 45%

Tipologia de Apoio: Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

Data de Início: 30-06-2012 | *Data de Fim:* 28-11-2014

Resumo: Projecto de empresa da área dos vinhos com o objectivo de reforçar o seu projecto de expansão internacional.

	1º Reembolso		2º Reembolso		3º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	18-09-2013	29-11-2013	07-04-2014	29-11-2014	28-02-2015	30-05-2016
Dias úteis	53		170		326	
Valor	5.316,14 €		6.968,62 €		40.893,68 €	

Tabela 14 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto PME J.

11. Projecto Grande Empresa A

Investimento Elegível: 500.001€ a 1.000.000€

Taxa de fundo comunitário: 54,91%%

Tipologia de Apoio: I&DT

Data de Início: 30-09-2012 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa da área da gestão de infra-estruturas rodoviárias com o objectivo de desenvolver uma plataforma de gestão e monitorização de rodovias.

1º Reembolso			2º Reembolso		3º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	22-03-2013	24-12-2013	24-05-2013	24-12-2013	25-09-2013	24-12-2013
Dias úteis	198		153		65	
Valor	10.926,27 €		9.522,12 €		45.231,31 €	

Tabela 15 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa A (do 1º ao 3º reembolso).

4º Reembolso		5º Reembolso		6º Reembolso	
Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
01-04-2014	02-07-2014	30-09-2014	08-03-2015	31-03-2015	07-09-2015
67		114		115	
38.083,87 €		52.092,92 €		22.488,97 €	

Tabela 16 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa A (do 4º ao 6º reembolso).

12. Projecto Grande Empresa B

Investimento Elegível: 100.001€ a 300.000€

Taxa de fundo comunitário: 47,14%

Tipologia de Apoio: I&DT

Data de Início: 01-09-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa da área da construção com o objectivo de desenvolver uma solução inovadora de estabilização de solos com resíduos para plataformas de infra-estruturas. de transporte.

1º Reembolso			2º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	13-03-2015	31-08-2015	28-09-2015	04-07-2016
Dias úteis	122		201	
Valor	22.114,46 €		21.259,21 €	

Tabela 17 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa B.

13. Projecto Grande Empresa C

Investimento Elegível: 100.001€ a 300.000€

Taxa de fundo comunitário: 63,13%

Tipologia de Apoio: I&DT

Data de Início: 01-09-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa da área da construção com o objectivo de desenvolver um estudo de estruturas de pavimentos rodoviários em climas tropicais.

	1º Reembolso		2º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	07-10-2014	29-03-2015	28-09-2015	04-07-2016
Dias úteis	124		201	
Valor	16.160,46 €		58.330,44 €	

Tabela 18- Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa C.

14. Projecto Grande Empresa D

Investimento Elegível: Superior a 1.000.000€

Taxa de fundo comunitário: 46,5%

Tipologia de Apoio: Inovação

Data de Início: 09-09-2013 | *Data de Fim:* 30-06-2015

Resumo: Projecto de empresa da área do Turismo para expansão e remodelação de um parque aquático.

	1º Reembolso		2º Reembolso	
	Submissão	Recebimento	Submissão	Recebimento
Datas	31-12-2014	23-03-2015	30-09-2015	12-07-2016
Dias úteis	59		205	
Valor	92.417,27 €		527.774,70 €	

Tabela 19 - Informação do projecto relativamente às datas de submissão e reembolso, os dias úteis que foram necessários para a análise e o valor de cada reembolso do Projecto Grande Empresa D.

iii. Análise dados de gestão de reembolsos dos projectos

O principal objectivo é avaliar a gestão dos reembolsos de incentivo nos projectos financiados por fundos europeus. Essa gestão interfere com a forma como os projectos são financiados durante a sua execução, o recebimento atempado ou atrasado do incentivo irá originar efeitos positivos ou negativos, respectivamente, no investimento. Se o recebimento do incentivo for recebido atempadamente o beneficiário terá a oportunidade de reinvestir esse valor no próprio projecto e não necessitar de mais financiamento do que o necessário para o projecto. Se o incentivo atrasar e for reembolsado com atrasos origina que o beneficiário poderá ter que recorrer a um financiamento próprio superior ao previsto e com isso colocar em causa o efeito de incentivo nos projectos. Se para a candidatura aos projectos tinha que se demonstrar que o projecto não tinha iniciado e que o beneficiário só teria condições de avançar devido a

existir incentivo, então se este não for recebido devidamente esse efeito deixa de existir. O incentivo permite aos beneficiário realizarem investimentos superiores aos que iriam realizar e/ou realizar investimento num espaço temporal inferior ao que a empresa tinha condições. Analisando os projectos dos estudos de caso avaliamos em primeiro lugar qual a duração dos reembolsos em termos de dias úteis, tal como está referido no subcapítulo anterior. Na tabela 21 estão indicados os valores médios de dias de espera entre a submissão e o recebimento do incentivo em cada projecto respeitante a PTRI (Pedido a título de reembolso intercalar) e PTRF (Pedido a título de reembolso final).

Empresas	PME A	PME B	PME C	PME D	PME E	PME F	PME G	PME H	PME I	PME J
PTRI	67,3	98	100	20	132	63	179	123	39,83	111,5
PTRF	201	207	182	133	208	197	209	201	319	326
Empresas	GE A	GE B	GE C	GE D						
PTRI	119,4	122	124	59						
PTRF	115	201	201	205						
Média	PTRI	PTRF								
	92,4	207,5								

Tabela 20 - Tabela com os tempos médios, expressos em dias úteis, de diferença entre a submissão dos pedidos de pagamento e o reembolso efectivo.

Analisando os valores percebemos que os tempos de espera entre a submissão dos pedidos de reembolso e o recebimento do incentivo são muito elevados e a diferença da média da espera dos resultados dos pedidos de reembolso intercalares em comparação com a espera nos pedidos de pagamento final é muito elevada. Apenas existe um projecto (GE A) em que o tempo de espera é inferior no PTRF do que no PTRI, os restantes tem diferenças muito elevadas. O tempo de espera para encerramento dos projectos é muito elevado (média de 207,5 dias úteis), demonstrando que os organismos intermédios têm dificuldade na fase de encerramento de projectos. Nos reembolsos intermédios a média é de 92,4 dias úteis, aproximadamente 4 meses.

Empresas	PME A	PME B	PME C	PME D	PME E
PTRI's	82.276,53 €	70.174,95 €	3.750,00 €	14.250,00 €	18.224,34 €
PTRF	46.000,38 €	79.101,50 €	10.612,50 €	750,00 €	98.179,47 €
% pós-projecto	36%	53%	74%	5%	84%
Empresas	PME F	PME G	PME H	PME I	PME J
PTRI's	12.730,00 €	36.656,55 €	168.363,88 €	58.490,94 €	12.284,76 €
PTRF	670,00 €	29.818,25 €	142.460,64 €	1055,25 €	40.893,68 €
% pós-projecto	5%	45%	46%	2%	77%
Empresas	GE A	GE B	GE C	GE D	

PTRI's	155.856,49 €	22.114,46 €	16.160,46 €	92.417,27 €
PTRF	22.488,97 €	21.259,21 €	58.330,44 €	527.774,70 €
% pós-projecto	13%	49%	78%	85%
Média	PTRI	PTRF		
% pós-projecto	53%	47%		

Tabela 21 - Valor de incentivo recebido nos PTRI e PTRF e indicação da percentagem de incentivo recebido após o fim do projecto

A tabela 22 apresenta os montantes que foram reembolsados em cada projecto na soma dos pedidos de reembolso intercalar e o pedido de pagamento final. Em função desses valores calculei a percentagem de reembolso que foi recebida pela empresa após o fim do projecto. Segundo as regras do QREN, 5% do incentivo fica retido até à realização da auditoria final pelo que esse valor será sempre o mínimo que uma empresa receberá após o final do projecto, existe uma excepção no projecto PME I na medida em que apenas 2% foi recebido no pós-projecto. Essa situação deveu-se ao projecto apenas ter tido 77,86% de execução conforme tabela 23 e quando avançou para o pedido de pagamento final apenas tinha despesa relativa a 1% do projecto. Como já tinha recebido os montantes anteriores então apenas ficou retido o valor de 1%. Na média calculada entre a percentagem de recebimento antes e após o fim do projecto concluímos que na análise dos estudos de caso, a média dos recebimentos após o fim do projecto é de 47%. Esta situação origina que as empresas tenham disponível como financiamento do projecto 47% do valor do incentivo através de financiamento próprio, pois tem de liquidar todos os investimentos para fazer o encerramento do projecto. Existem algumas situações em que o valor recebido no final do projecto é alto devido à empresa apenas ter finalizado o projecto tardiamente e isso originou que tivesse que pedir o reembolso tarde, como por exemplo aconteceu no projecto GE D, em que 85% do incentivo (527.774,70€) foi requerido no pedido de pagamento final. No entanto isto apenas aconteceu porque o organismo não permitiu que a empresa realizasse um pedido de pagamento na modalidade adiantamento contra factura antes desse pedido final. Obrigando a empresa a incluir todos esses pagamentos no final do projecto. Neste caso o efeito incentivo para o financiamento do projecto apenas incidiu em 15% do incentivo recebido durante o mesmo, pelo que a empresa tinha que ter assegurado por outras fontes de financiamento os pagamentos das despesas do projecto. No caso do projecto GE A os primeiros três PTRI foram realizados com o valor de incentivo de 10.926,27€, 9.522,12€ e 45.231,31€ (dados fornecidos pela empresa) e a empresa apenas recebeu

após a emissão do 3º pedido de pagamento. O primeiro pedido de pagamento não atingia o valor de 10%⁹ necessário como mínimo para esse reembolso, mas no segundo pedido de reembolso já poderia ter recebido. O segundo pedido de pagamento foi submetido em 24 de Maio de 2013, o terceiro pedido de reembolso em 25 de Setembro de 2013 e o recebimento apenas foi emitido a 24 de Dezembro de 2013 tal como consta na tabela 16.

Além do estudo do tempo de espera entre a submissão e o pagamento do incentivo e os pagamentos ocorridos após o fim do projecto, apresentamos também a relação da taxa de execução dos projectos, analisando as razões que originaram os que apresentaram execuções mais reduzidas.

Empresas	PME A	PME B	PME C	PME D	PME E	PME F	PME G	PME H	PME I	PME J
Execução (%)	65,80%	73,31%	73,89%	100,00 %	55,89%	100,00 %	100,00 %	100,00 %	77,86 %	33,03 %
Empresas	GE A	GE B	GE C	GE D						
Execução (%)	87,45%	80,63%	67,91%	100,00 %						
Média	Execução									
	79,70%									

Tabela 22 - Taxas de execução dos projectos dos casos de estudo

Na tabela 23 estão indicadas as taxas de execução dos projectos em análise, onde podemos verificar que a taxa média de execução é de 79,70%. A execução é medida entre a data da primeira factura e a data da última factura do projecto, dentro do horizonte temporal definido em sede de candidatura. Todos os projectos analisados foram validados pelos organismos intermédios respectivos e pelas autoridades de gestão. Identificamos o projecto PME J como o mais crítico visto apenas ter tido uma execução de 33,03%. A empresa não terá recebido grande parte do incentivo devido a falta de entendimento com o organismo intermédio em elegibilidade de despesas, pelo que foi sempre sendo adiado o reembolso das despesas. Esta situação originou que por receio de não receber incentivo, a empresa abrandou o investimento e realizou apenas parte do projecto. neste caso concreto existiu influência da gestão dos reembolsos do organismo em virtude de durante grande parte do projecto a empresa ter realizado várias contestações a análises aos pedidos de pagamento. No final as despesas elegíveis foram validadas e o projecto considerado favorável. O projecto PME A teve uma taxa de

⁹ Regra inserida na norma de pagamentos do QREN, Orientação de Gestão n.º 04.REV3/2012

execução de 65,80% em virtude de não ter tido a capacidade financeira para adquirir todos os investimentos previstos. Este projecto de I&DT foi concluído com sucesso, no entanto devido a terem executado todos os pedidos de pagamento por adiantamento contra factura, o que lhes garantia o incentivo previamente á liquidação das facturas. Na recta final do projecto o organismo não aceitou um pedido de pagamento por adiantamento por estarem próximos do final do projecto e referiu que só aceitava pedidos de pagamento final. Essa situação originou que a empresa encerrasse o projecto com menos investimento. A empresa não tinha assegurado financiamento superior ao necessário para o projecto a contar com o incentivo, logo o não recebimento dessa componente do incentivo não permitiu financiar a totalidade do projecto.

iv. Avaliação dos questionários efectuados aos gestores de projecto

No capítulo Metodologia foi indicado que existiram reuniões com os gestores de projecto no sentido de abordar a gestão dos mesmos e obter informação para esta dissertação. Após essas reuniões enviei um inquérito semi-estruturado com respostas abertas, com escrita e escolha múltipla para formalizarem as respostas relativamente à sua opinião sobre o tema da dissertação em função do projecto que geriram. Foram realizados 14 inquéritos aos gestores de projecto, estando as suas respostas anexas a esta dissertação para consulta.

Na análise às respostas desses inquéritos foi possível perceber quais as principais barreiras que encontraram na gestão financeira do projecto e que medidas gostariam de ver alteradas. A primeira questão era se tinha conhecimento do conceito de efeito de incentivo. As respostas foram divididas, conforme se demonstra na Figura 1 em que 64% (9) demonstraram desconhecimento por esse conceito e 36% (5) demonstraram conhecimento pelo conceito. Os que mostraram conhecimento pelo conceito tinham que na questão 2 descrever sucintamente esse conceito e apenas 2 dos 5 que responderam pelo conhecimento do conceito definiram-no correctamente. Na realidade demonstrado pelas respostas ao inquérito, 12 dos 14 desconhecem o conceito de efeito de incentivo. Os dois inquiridos que responderam de forma adequada foram o PME D e o GE C. As suas respostas foram respectivamente, “Resultado decorrente do incentivo que de outra forma não teria acontecido” e “o incentivo permite às empresas desenvolver actividades que de outra forma não desenvolveriam”.

Conhece o Efeito de Incentivo?

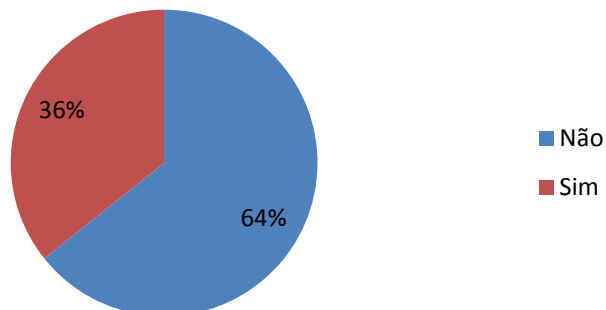


Figura 2- Respostas sobre o conhecimento do conceito de Efeito de Incentivo

Nas candidaturas aos fundos europeus presume-se que o incentivo permita à empresa realizar investimento que de outra forma não conseguiria e que por essa razão necessita de incentivo. Nas respostas à pergunta “ Se o apoio não fosse concedido, o projecto era realizado?” oito dos inquiridos responderam que não e seis responderam que sim. Dos inquiridos que responderam sim, quatro referiram que o investimento seria inferior e que o prazo seria sempre superior na questão seguinte “Se o projecto foi realizado mesmo sem financiamento, o valor de investimento e o horizonte temporal de execução do projecto seriam os mesmos?”.

Se o apoio não fosse concedido, o projecto era realizado?

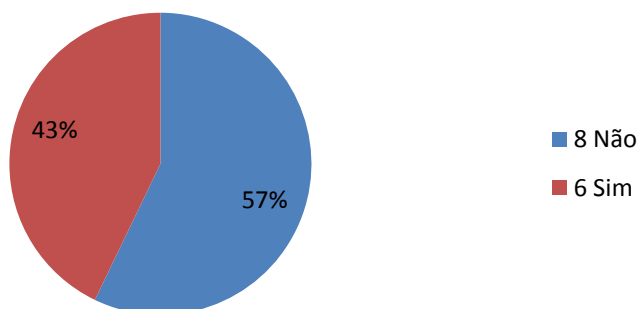


Figura 3 - Respostas sobre a realização do projecto mesmo que o apoio não fosse concedido

Comprova-se que a grande maioria dependeria do incentivo para a realização do projecto, pois apenas 2 dos que responderam sim à realização do projecto mantinham o investimento e o horizonte temporal igual ao da candidatura.

Os gestores de projecto que responderam aos inquéritos lidaram directamente com a vertente financeira do projecto e por isso qualquer alteração nos procedimentos dos reembolsos foi directamente sentida pelos próprios. Sendo questionados se os processos de reembolso decorreram dentro dos prazos estipulados, nove responderam que não e 5 que sim. Na verdade mesmo os que responderam que sim, entendem que os prazos “normais” são já alargados e que mesmo esses deviam ser alvo de redução.

Os processos de reembolso decorreram dentro dos prazos estipulados?

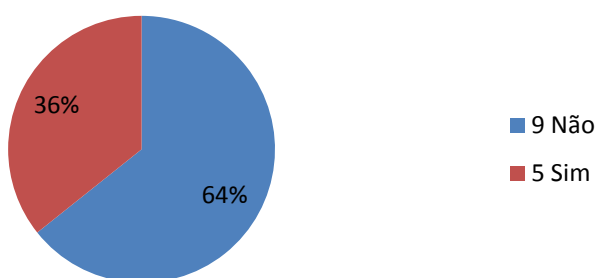


Figura 4 –Respostas sobre se os processos de reembolso decorreram dentro dos prazos estipulados.

As dificuldades sentidas pelos gestores de projecto foram maioritariamente assentes em três situações, como pode ser verificado na Figura 5.



Figura 5 – Respostas sobre as dificuldades sentidas na gestão do projecto

Estas situações transmitem que a gestão do acompanhamento de fundos comunitários ainda tem muitas barreiras ao seu funcionamento. A elevada burocracia nas confirmações das despesas, obrigando a que cada projecto tenha um dossier em papel até 5 anos após o fim do projecto, quando estamos na era em que eliminamos o papel de todos os nossos processos prejudica o acompanhamento. Os organismos intermédios denotam terem falta de recursos e por isso quando a gestão dos fundos europeus entra num ritmo mais elevados, não são cumpridos os prazos. Quando refiro prazos, refiro-me não só a prazos de pagamento, mas também a prazos de análise de candidaturas. No entanto os prazos de pagamento quando não são cumpridos, alteram logo a lógica dos fundos europeus. Os atrasos nos pagamentos não deveriam ser permitidos de nenhuma forma. Como pretendemos demonstrar, alteram o financiamento dos projectos devido ao promotor não receber as verbas atempadamente e que permitam financiar os projectos da mesma forma como se comprometeu em sede de candidatura. Na figura 6 estão representadas as principais alterações que os gestores de projecto pretendem ver alteradas nos procedimentos.

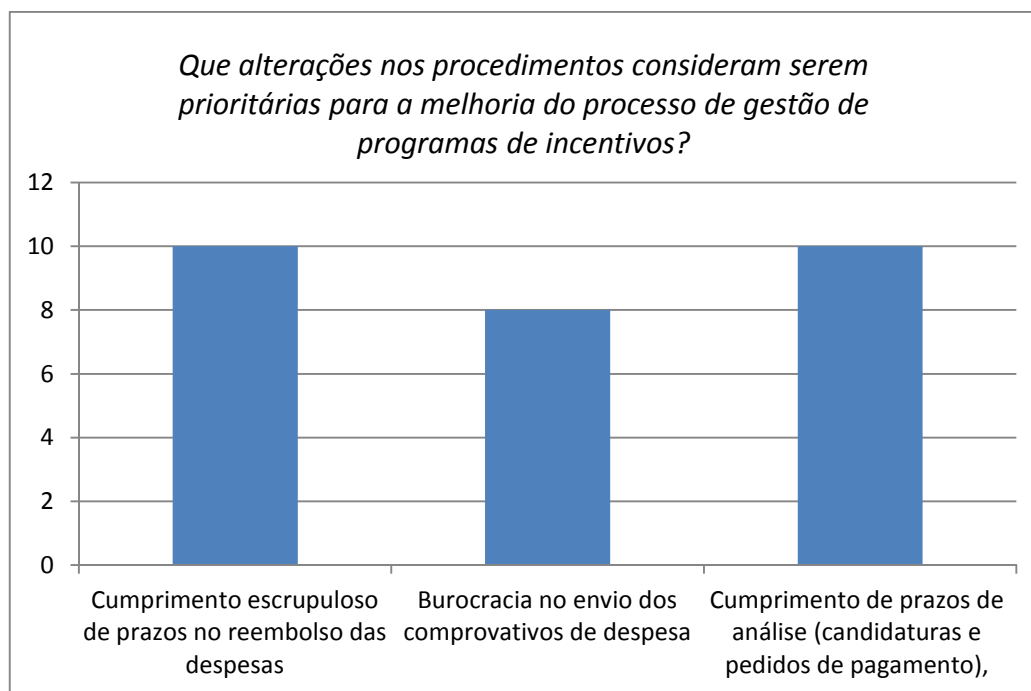


Figura 6 - Respostas sobre as alterações prioritárias para a melhoria dos processos de gestão de programas de incentivos

O cumprimento de prazos revela-se fundamental para que os investimentos sejam realizados na sua totalidade. Se temos de defender que o incentivo é fundamental para

conseguir investir, se a empresa não o obter a tempo de o reinvestir no projecto, vai ser prejudicado pois vai ter de se financiar numa valor superior ao que o fez em sede de candidatura. Mesmo assim sabemos que de uma forma ou de outras as empresas pretendem continuar a candidatar a estes fundos, porque com ou sem efeito de incentivo, esse investimento ficará sempre mais barato. Na resposta a se voltariam a se candidatar a fundos europeus, a esmagadora maioria respondeu que sim como se poderá visualizar na figura 7.

*Voltaria a candidatar-se a financiamento através
de fundos comunitários para novos investimentos?*

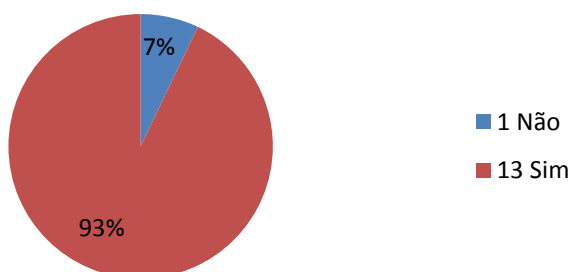


Figura 7 - Respostas sobre se voltariam a candidatar-se a quadros comunitários

Os fundos europeus são benéficos para as empresas, disso não há dúvidas, no entanto a forma como são geridos originam a que as bases de sustentação para esses projectos sejam alteradas. Nesse pressuposto, as empresas que não tenham um acesso facilitado a financiamento poderão ter que executar o seu projecto abaixo de 100%, só pela razão de não ter recebido o incentivo nos prazos estipulados. Mesmo com os atrasos, as empresas irão continuar a financiar-se nos fundos europeus, principalmente as que os atrasos não originam nenhuma barreira no decorrer do investimento. Para as empresas com boa saúde financeira e capitais próprios que permitam financiar os projectos nas adversidades, continuarão a elaborar candidaturas. Sucede que as empresas com menor capacidade, terão que encontrar outras formas de financiamento ou mesmo financiar-se em valores superiores contando com as adversidades, se for possível. Esta situação cria desde logo uma injustiça e uma diferenciação entre as empresas com maior e menor capacidade de financiamento. Sei que no final contam as estatísticas do valor distribuído para as empresas, mas devíamos tentar diminuir o fosso entre as empresas mais pequenas e as mais robustas e não aumentar.

5. Conclusões

a. Análise final

Os resultados da análise aos dados da gestão financeira dos projectos e os inquéritos aos gestores dos projectos levam-nos a concluir que os processos de acompanhamento do Portugal 2020 influenciam a forma como o projecto é gerido. Em alguns casos a execução do investimento é comprometida e a empresa por não se conseguir financiar, estará dependente do recebimento do incentivo.

O efeito de incentivo determina que um projecto só poderá iniciar após a submissão da candidatura, pelo que entende-se que tem de estar demonstrado o peso do incentivo da decisão de realização do projecto. Se um projecto puder iniciar antes, então demonstra que o incentivo não é fundamental para a sua realização. O incentivo terá que ser uma alavanca para a realização do investimento que estará alinhavado numa estratégia a submeter numa candidatura aos fundos europeus. Se o beneficiário toma a decisão de apresentar uma candidatura baseando-se numa percentagem de financiamento além do que está disposto a investir, esse financiamento não poderá falhar. Na elaboração de candidaturas tem de ser preenchido um mapa de financiamento onde indicamos em função do valor de investimento quais as rubricas onde pretendemos financiar o projecto. Se por exemplo, vamos obter um financiamento de 60%, indicamos que para além do incentivo de 60% iremos financiar o projecto com 40%, que podem ser com capitais próprios e alheios. Na execução do investimento à medida que vamos realizando as despesas, vamos poder receber incentivo através da submissão de pedidos de pagamento intercalares. Se esses reembolsos atrasam, o beneficiário que garantiu 40% do financiamento desse projecto, necessita dos 60% para o realizar, logo tudo atrasa. Na verdade e avaliando pelos projectos que analisei, em média 47% dos reembolsos ocorreram após o fim do projecto, pelo que esses projectos tiveram que na realidade garantido o financiamento de quase metade do incentivo além do financiamento que se tinha proposto. Nessa situação o efeito de incentivo fica em causa, pois na realidade para a realização do projecto ele não foi necessário. Nos casos referidos a empresa recebeu esse valor, mas a essa data não deveria chamar-se incentivo, mas sim um prémio pela realização do projecto. Os incentivos comunitários não devem ser apoios à tesouraria, pois para esse fim existem outras formas de

financiamento e denominam-se dessa forma. A realidade demonstrada pela análise que efectuamos é que nem sempre o efeito incentivo se verifica, não por incumprimento do beneficiário, mas pela própria orgânica de execução dos fundos comunitários que pelos resultados estudados origina que as empresas nem sempre beneficiam do apoio financeiro como um incentivo. O efeito de incentivo tal como ele está referido fica em causa, nomeadamente porque se uma empresa não receber incentivo ou abandona o projecto ou realiza-o com financiamento próprio ou alheio e aguarda pelo incentivo. Deixa de ser incentivo.

Apesar de nas avaliações e observatórios dos fundos europeus o que é realçado são sempre os aspectos positivos, fica claro que a operacionalização dos fundos europeus necessita de ser melhorada. Os atrasos são inconcebíveis ao nível dos pagamentos e tendo em conta a amostra analisada, existem projectos em que 85% do incentivo foi pago após o encerramento do investimento. As empresas que conseguem avançar mesmo com esta realidade irão com certeza continuar a utilizar os fundos europeus, quando mais não seja pela eficiência da gestão financeira. Gastar menos para investir mais será sempre o objectivo de quem tem empresas.

As PME's nomeadamente as micro e pequenas empresas têm dificuldade no acesso ao financiamento, por na maioria dos casos não terem forma de prestar garantias para obter financiamentos. Normalmente também não tem estrutura financeira de forma as entidades bancárias aprovarem créditos. Tendo em conta os prazos actuais e as regras de financiamento poucas são as empresas que conseguem. Estas empresas necessitam de empréstimos com outro tipo de condições e por isso aguardam por linhas de financiamento de longo prazo. Devido a estas dificuldades os incentivos comunitários foram a solução para colmatar esta dificuldade de encontrar financiamento para investimento. A gestão financeira dos fundos deveria estar salvaguardada no sentido de que os fundos europeus tenham um critério mais direccionado para quem precisa e não para quem tem mais certezas de execução. Apesar de no estudo apenas um dos inquiridos afirmar que não estava disponível para apresentar mais candidaturas a fundos europeus, considero este número elevado. Tendo em conta a génese e objectivos dos fundos europeus não deveria existir alguém que entendesse que os fundos europeus não valiam a pena devido a gestão financeira não funcionar.

Em suma, não tendo estudado as razões que podem levar a atrasos nos reembolsos, seria fundamental que os processos de acompanhamento fossem otimizados no sentido de que as transferências dos reembolsos fossem efectivamente pagas em pouco tempo depois de processadas. A elevada burocracia e a falta de comunicação dos organismos intermédios com os beneficiários origina também dificuldades na gestão do acompanhamento pelo que seria essencial que se criasse uma forma de comunicação estável e confortável para todos os agentes que estão directamente ligados ao processo de gestão dos fundos europeus.

b. Contributo para estudos futuros

Este estudo serviu para complementar a informação que muitas vezes é publicada nos órgãos de comunicação social de que existem atrasos na operacionalização dos fundos europeus. Essa dissertação baseou-se no QREN devido a ser um programa encerrado e que por isso poderia ser observada uma amostra de projectos finalizados e encerrados. Assim foi possível obter uma maior percepção do estado da gestão dos fundos comunitários. O tempo disponível para a realização deste trabalho apenas permitiu abordar o estudo a 14 casos concretos de projectos realizados e finalizados no QREN. Objectivamente esse estudo quanto mais alargada for a amostra, mais consistente são os dados com que apresentamos a nossa análise. No entanto dada a realidade, mesmo com 14 casos de estudo foi possível verificar que em algumas questões o sentimento era quase unânime, mesmo para os que não tiveram grandes dificuldades na gestão destes projectos.

Actualmente decorre o Portugal 2020 e este programa inseriu novidades na forma como interage com os beneficiários. O processo está mais otimizado no sentido em que reduziu-se alguma interacção desnecessário e substitui-se processos manuais por processos automáticos, nomeadamente na assinatura do contrato de incentivos, que hoje em dia é tudo tratado na plataforma do Portugal 2020, sem ser necessário o envio de processo em papel. Na questão dos atrasos dos pagamentos existiu uma importante novidade, hoje é possível as empresas requerem um adiantamento de 10% do valor do incentivo sem garantia bancária. Esta foi a medida que gerou impacto, no entanto os atrasos mesmo a pagar este adiantamento apesar de poucos, verificam-se. As razões para que estes atrasos existam e a forma como internamente os organismos intermédios

processam os reembolsos é um estudo que poderá justificar os atrasos nos pagamentos. Na realidade, os recursos que aparentemente contactam com os agentes da gestão dos fundos europeus são reduzidos e por isso não tem capacidade para diluir o trabalho quando este inicia num ritmo mais elevado de candidaturas. Mas seria um estudo interessante.

Por fim, este tipo de estudo deveria ser realizado numa amostra de 100%, no entanto ele só é possível se as autoridades permitirem, pois apenas estes ou os beneficiários tem acesso a esses elementos financeiros. Seria importante para a gestão dos fundos comunitários que fosse efectuado ume estudo crítico na operacionalização dos fundos europeus onde se identificasse onde estão as barreiras ao bom funcionamento e onde se poderiam inserir boas práticas para o futuro.

6. Bibliografia

- Decisão da Comissão Europeia (2006) 3475 de 4 de Agosto de 2006 e C(2007)1283 de 26 de Março de 2007 que altera a decisão 2006/595/EC relativa aos estados membros Bulgária e Roménia. pp 45.
- Recomendação da Comissão Europeia (2003) relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas [notificada com o número C(2003) 1422] (2003/361/CE). pp 39-41.
- Genk, F., & Motors, G. (2008). The principle of incentive effect applied to training aid — Some recent cases Loredana VON BUTTLAR and Salim MEDGHOUL (1). *Competition Policy Newsletter*, (1), 2006–2009. pp 85.
- Oficial, J., & Europeias, C. (2002). *Versão compilada do tratado que institui a comunidade europeia*. Artigo 160º pp 104
- Pagamentos, N. D. E. (2012). ORIENTAÇÃO DE GESTÃO N.º 04.REV3/2012, pp 1–27.
- Competitividade e Internacionalização, D. (2015). Diário da República, 1.^a série — N.º 41 — 27 de Fevereiro de 2015, pp 1246(1)–1246(89).
- Comissão Europeia. Investigação e Inovação FAQ. Disponível em <http://ec.europa.eu/research/index.cfm?pg=faq&idfaq=37004>. Consultado em 6 de Janeiro de 2016.
- Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (2007) anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -C/2009, de 3 de Abril, Artigo 10º Ponto 2, 4825). pp
- Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2007), anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e

republicado pelas Portarias n.os 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril. Artigo 10º alínea c), 4812;

- Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (2007), anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -A/2009, de 3 de Abril.

- Portugal 2020 – Quais as categorias de regiões? Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>. Consultado em 27 de Junho de 2016

- Listagem de projectos aprovados no Programa Operacional do Norte relativo aos sistemas de incentivos à Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização e Qualificação de PME. Disponível em <http://www.novonorte.qren.pt/pt/on-2-empresas/projectos-aprovados/>. Consultado em 4 de Agosto de 2016.

- Listagem de projectos aprovados no Programa Operacional Factores de Competitividade relativo aos sistemas de incentivos à Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização e Qualificação de PME <http://www.pofc.qren.pt/Projectos/Projectos-Aprovados-Compete?Area=3&Search=y> Consultado em 4 de Agosto de 2016.

- Consola de cliente – Conta corrente de incentivos do IAPMEI <https://webapps.iapmei.pt/Consola/Login.aspx> Consultado de 18 a 24 de Junho de 2016.

- Google Formulários. Utilização da ferramenta para os inquéritos aos gestores de projecto. <https://www.google.com/intl/pt-PT/forms/about/>. Consultado 10 de Agosto de 2016.

- Documentos de encerramento dos projectos da AICEP (2015) – Relatórios de execução dos projectos seleccionados na amostra

- Documentos de encerramento dos projectos da Agência de Inovação (2015) - Relatórios de execução dos projectos seleccionados na amostra

7. Anexos

a. Inquéritos Semi-Estruturados

Os inquéritos foram transcritos exactamente como foram escritos e preenchidos pelos inquiridos na plataforma Google formulários.

0. Informação Geral dos projectos

Dimensão de Empresa	Investimento Elegível:	Taxa de Fundo Comunitário Aprovado:	Tipologia de Apoio:
PME A	300.001€ a 500.000€	70%	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)
PME B	300.001€ a 500.000€	45%	Internacionalização e Qualificação das PME
PME C	Até 100.000€	75%	Internacionalização e Qualificação das PME
PME D	Até 100.000€	75%	Internacionalização e Qualificação das PME
PME E	100.001€ a 300.000€	45%	Internacionalização e Qualificação das PME
PME F	Até 100.000€	75%	Internacionalização e Qualificação das PME
PME G	100.001€ a 300.000€	75,79%	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)
PME H	500.001€ a 1.000.000€	57,72%	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)
PME I	100.001€ a 300.000€	45%	Inovação Produtiva e Empreendedorismo Qualificado
PME J	100.001€ a 300.000€	45%	Inovação Produtiva e Empreendedorismo Qualificado
GE A	100.001€ a 300.000€	54,91%	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)
GE B	100.001€ a 300.000€	47,14%	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)
GE C	100.001€ a 300.000€	63,13%	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)
GE D	superior a 1.000.000€	46,5%	Inovação Produtiva e Empreendedorismo Qualificado

0. Conhece o conceito de efeito de Incentivo?

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Não
PME B	Não
PME C	Não
PME D	Sim
PME E	Sim
PME F	Não
PME G	Não
PME H	Não
PME I	Não
PME J	Não
GE A	Não
GE B	Sim

GE C	Sim
GE D	Sim

1. Se respondeu Sim na questão 1, defina o conceito sucintamente. Se respondeu Não, avance para a questão 3.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Avançou para a questão 3
PME B	Avançou para a questão 3
PME C	Avançou para a questão 3
PME D	Resultado decorrente do incentivo que de outra forma não teria acontecido.
PME E	Estímulo dado às empresas com vista ao seu crescimento
PME F	Avançou para a questão 3
PME G	Avançou para a questão 3
PME H	Avançou para a questão 3
PME I	Avançou para a questão 3
PME J	Avançou para a questão 3
GE A	Avançou para a questão 3
GE B	Apoio financeiro concedido pelo Estado para incentivar as empresas a modernizarem-se
GE C	O incentivo permite às empresas desenvolver actividades que de outra forma não desenvolveriam.
GE D	Sistema de incentivos à Inovação, fundamental para dotar o tecido empresarial com os factores considerados essenciais para o aumento da competitividade

2. Quais foram as principais motivações que originaram a decisão de avançar para uma candidatura ao financiamento do projecto em fundos comunitários?

Possibilidades de resposta:

- Impossibilidade de financiar investimentos apenas com capitais próprios
- Financiamento a custo zero
- Possibilidade de maior investimento
- Possibilidade de execução de projecto em menor duração de tempo
- Apoio Tesouraria da empresa
- Projectação Nacional do projecto
- Outra

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Impossibilidade de financiar investimentos apenas com capitais próprios
PME B	Financiamento a custo zero, Possibilidade de maior investimento, Possibilidade de execução de projecto em menor duração de tempo, Apoio Tesouraria da empresa

PME C	Possibilidade de execução de projecto em menor duração de tempo, Apoio Tesouraria da empresa
PME D	Financiamento a custo zero, Possibilidade de maior investimento, Possibilidade de execução de projecto em menor duração de tempo
PME E	Possibilidade de maior investimento, Apoio Tesouraria da empresa
PME F	Impossibilidade de financiar investimentos apenas com capitais próprios
PME G	Impossibilidade de financiar investimentos apenas com capitais próprios, Financiamento a custo zero
PME H	Possibilidade de maior investimento, Projecção Nacional do projecto
PME I	Possibilidade de maior investimento
PME J	Impossibilidade de financiar investimentos apenas com capitais próprios
GE A	Possibilidade de maior investimento
GE B	Financiamento a custo zero, Apoio Tesouraria da empresa
GE C	Financiamento a custo zero, Possibilidade de execução de projecto em menor duração de tempo, Apoio Tesouraria da empresa
GE D	Impossibilidade de financiar investimentos apenas com capitais próprios, Financiamento a custo zero, Possibilidade de maior investimento, Apoio Tesouraria da empresa, Projecção Nacional do projecto, promover conhecimento mais profundo do tecido empresarial às entidades envolvidas

3. Se o apoio não fosse concedido, o projecto era realizado? Se responder Não, avance para a questão 6.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Não
PME B	Sim
PME C	Não
PME D	Não
PME E	Sim
PME F	Não
PME G	Não
PME H	Sim
PME I	Sim
PME J	Não
GE A	Sim
GE B	Não
GE C	Não
GE D	Sim

4. Se o projecto foi realizado mesmo sem financiamento, o valor de investimento e o horizonte temporal de execução do projecto seriam os mesmos? Se não, indique as razões.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Avançou para a questão 6
PME B	Sim
PME C	Avançou para a questão 6
PME D	Sim
PME E	Sim
PME F	Avançou para a questão 6
PME G	Avançou para a questão 6
PME H	Não, sendo um projecto de I&DT teria um horizonte temporal superior

PME I	Não por indisponibilidade financeira.
PME J	Avançou para a questão 6
GE A	Avançou para a questão 6
GE B	Avançou para a questão 6
GE C	Não, porque as entidades parceiras não conseguiriam financiamento para o desenvolvimento das suas actividades.
GE D	Presumimos que o valor do investimento total seria aproximadamente o mesmo, contudo muito provavelmente o horizonte temporal na execução do mesmo seria necessariamente alargado.

5. Onde o impacto do incentivo foi reflectido? Indique pelo menos 2 possibilidades.

Possibilidades de resposta:

- Aumento das receitas
- Diminuição dos custos de investimento
- Aumento da visibilidade/notoriedade
- Financiamento da criação líquida de postos de trabalho
- Aumento da qualidade do produto/serviço
- Expansão para novas geografias
- Consolidação da quota de mercado
- Outra

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Financiamento da criação líquida de postos de trabalho
PME B	Diminuição dos custos de investimento, Aumento da visibilidade/notoriedade, Expansão para novas geografias
PME C	Aumento da qualidade do produto/serviço, Rapidez no desenvolvimento do projecto
PME D	Aumento da qualidade do produto/serviço
PME E	Aumento das receitas, Aumento da visibilidade/notoriedade, Expansão para novas geografias, Consolidação da quota de mercado
PME F	Aumento da visibilidade/notoriedade, Financiamento da criação líquida de postos de trabalho
PME G	Diminuição dos custos de investimento, Financiamento da criação líquida de postos de trabalho
PME H	Diminuição dos custos de investimento, Financiamento da criação líquida de postos de trabalho, Aumento da qualidade do produto/serviço
PME I	Diminuição dos custos de investimento, Aumento da qualidade do produto/serviço
PME J	Diminuição dos custos de investimento
GE A	Diminuição dos custos de investimento
GE B	Aumento da visibilidade/notoriedade, cooperação interempresas

GE C	Diminuição dos custos de investimento, Aumento da qualidade do produto/serviço
GE D	Aumento das receitas, Diminuição dos custos de investimento, Aumento da qualidade do produto/serviço

6. Os processos de reembolso decorreram dentro dos prazos estipulados? Se respondeu Sim, avance para a questão 9.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Não
PME B	Sim
PME C	Não
PME D	Sim
PME E	Não
PME F	Não
PME G	Não
PME H	Não
PME I	Sim
PME J	Não
GE A	Não
GE B	Sim
GE C	Sim
GE D	Não

7. Se respondeu Não na questão anterior, indique as razões e a duração aproximada dos atrasos.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	4 a seis meses de atraso
PME B	Avançou para a questão 9
PME C	Cerca de 6 meses. A razão indicada foi o elevado número de processos que cada técnico tinha a seu cargo e a mudança recorrente de equipas e direcções.
PME D	Avançou para a questão 9
PME E	Avançou para a questão 9
PME F	Atraso por parte da entidade. Duração de cerca de 12 meses
PME G	Foram efectuados 3 pedidos e o último veio demasiado tarde, já depois da auditoria e 10 meses depois do fim do projecto.
PME H	Os reembolsos demoraram mais do que o previsto, por questões de tesouraria do IAPMEI. O reembolso final demorou muito mais tempo, assim como a realização da auditoria.
PME I	Avançou para a questão 9
PME J	IAPMEI não cumpria prazos. Atrasos de 3 meses a um ano.
GE A	Não sei
GE B	Avançou para a questão 9
GE C	Avançou para a questão 9
GE D	Dificuldade em obter das entidades envolvidas, seja a AICEP seja IAPMEI, justificação para os atrasos verificados (+ de 4 meses). Apenas a constatação desse facto.

8. Que dificuldades sentiram na gestão do projecto de fundos comunitários? Indique até 4 principais dificuldades.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Atraso nos pagamentos Burocracia Distanciamento do IAPMEI Desconhecimento do projecto e despesas técnicas elegíveis
PME B	Essencialmente falta de sentido critico por parte da entidade reguladora. Rigidez na análise aos investimentos.
PME C	Falta de resposta em tempo devido. Burocracia elevada
PME D	Interpretação das normas, gestão da documentação necessária, desconhecimento dos procedimentos nos pedidos de pagamento, alguma dificuldade na obtenção de resposta por parte da entidade gestora por não estarem familiarizados com a adaptação da documentação necessária para Empresários em Nome Individual
PME E	1) Não senti dificuldades
PME F	Tempo de espera.
PME G	Sendo um projecto de I&DT existiu um acompanhamento pouco técnico durante o projecto, muito focado nas questões financeiras. Auditor Técnico pouco qualificado na área do projecto e por isso o feedback do projecto foi quase nulo.
PME H	Pouco feedback técnico aos projectos de I&DT, demasiada burocracia por vezes os pedidos de elementos eram repetidos e a demora no recebimento das verbas.
PME I	Burocracia e falta de cumprimento de prazos
PME J	Falta de apoio por parte do IAPMEI.
GE A	muita burocracia
GE B	Demasiados copromotores no projeto
GE C	Nenhuma dificuldade a destacar.
GE D	tempos longos na análise dos PTRF's demora na concretização de reembolsos

9. *Que alterações nos procedimentos consideram serem prioritárias para a melhoria do processo de gestão de programas de incentivos? Indicar as 2 principais.*

Possibilidades de resposta:

- Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento)
- Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas
- Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
- Antecipação de verbas sem garantias bancárias superiores a 10%
- Outra

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas, Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
PME B	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
PME C	Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas, Burocracia no envio dos comprovativos de despesa

PME D	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
PME E	Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas, Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
PME F	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas
PME G	Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas
PME H	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas
PME I	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
PME J	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
GE A	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas, Burocracia no envio dos comprovativos de despesa
GE B	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas
GE C	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas
GE D	Cumprimento de prazos de análise (candidaturas e pedidos de pagamento), Cumprimento escrupuloso de prazos no reembolso das despesas, Antecipação de verbas sem garantias bancárias superiores a 10%

10. Quais os principais resultados que são passíveis de serem mensurados que considera terem sido efeito do projecto de investimento (indicar as 4 principais).

Possibilidades de resposta:

- Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto
- Aumento do n.º de postos de trabalho
- Aumento de quota de mercado
- Lançamento de Novos Serviços/Produtos
- Aumento da capacidade instalada
- Entrada de novos investidores no capital da empresa
- Registo de Patentes
- Outra

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Aumento do n.º de postos de trabalho
PME B	Lançamento de Novos Serviços/Produtos, Aumento da capacidade instalada
PME C	Aumento de quota de mercado, Lançamento de Novos Serviços/Produtos, Aumento da capacidade instalada, Entrada de novos investidores no capital da empresa
PME D	Avaliação de produto e mercado (e outros) no âmbito de um Plano de Negócios

PME E	Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto, Aumento do n.º de postos de trabalho, Aumento de quota de mercado, Registo de Patentes
PME F	Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto, Aumento do n.º de postos de trabalho, Aumento de quota de mercado, Lançamento de Novos Serviços/Produtos
PME G	Aumento do n.º de postos de trabalho, Lançamento de Novos Serviços/Produtos
PME H	Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto, Aumento do n.º de postos de trabalho, Lançamento de Novos Serviços/Produtos, Registo de Patentes
PME I	Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto, Aumento do n.º de postos de trabalho, Lançamento de Novos Serviços/Produtos, Registo de Patentes
PME J	Lançamento de Novos Serviços/Produtos
GE A	Entrada de novos investidores no capital da empresa
GE B	Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto, Aumento de quota de mercado, Lançamento de Novos Serviços/Produtos, Reconhecimento da empresa
GE C	Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto, Aumento de quota de mercado, Lançamento de Novos Serviços/Produtos, Aumento do conhecimento sobre determinado método
GE D	Aumento do Volume de Negócios nos anos subsequentes ao projecto, Lançamento de Novos Serviços/Produtos, Aumento da capacidade instalada, aumento dos níveis de formação nos colaboradores da empresa

11. Voltaria a candidatar-se a financiamento através de fundos comunitários para novos investimentos? Se respondeu Sim, avance para a questão 14.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Sim
PME B	Sim
PME C	Sim
PME D	Sim
PME E	Sim
PME F	Sim
PME G	Sim
PME H	Sim
PME I	Sim
PME J	Não
GE A	Sim
GE B	Sim
GE C	Sim
GE D	Sim

12. Se respondeu Não na questão 12, indique as principais razões da sua decisão. O inquérito termina nesta questão. Obrigado pela participação.

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Avançou para a questão 14
PME B	Avançou para a questão 14
PME C	Avançou para a questão 14
PME D	Avançou para a questão 14
PME E	Avançou para a questão 14
PME F	Avançou para a questão 14

PME G	Avançou para a questão 14
PME H	Avançou para a questão 14
PME I	Avançou para a questão 14
PME J	O actual modelo não ajuda as PME, pelo contrário, afecta-as negativamente.
GE A	Avançou para a questão 14
GE B	Avançou para a questão 14
GE C	Avançou para a questão 14
GE D	Avançou para a questão 14

13. Se respondeu Sim na questão 12, quais entende serem as 2 principais mais-valias no acesso aos fundos europeus?

Dimensão de Empresa	Resposta
PME A	Financiamento mais barato e notoriedade dos projectos
PME B	Apoio Tesouraria Empresa e Apoio à Internacionalização/Globalização da Empresa
PME C	Financiamento e o facto de ter acesso a fundos europeus transmitir aos parceiros uma imagem de notoriedade
PME D	Financiamento do Investimento, Efeito Incentivo (proporcionando algo que de outra forma não aconteceria)
PME E	1) Possibilidade de ir obtendo recebimentos antes do fim do projecto. 2) Mais segurança ao investirmos o nosso dinheiro uma vez que sabemos que desde que o projecto seja executado correctamente uma parte significativa é financiada pelo UE
PME F	Apoio ao investimento, baixo custo de financiamento
PME G	Acesso a financiamento barato e oportunidade para apostar em Investigação e Desenvolvimento
PME H	No caso da I&DT permite estar em constante desenvolvimento sendo esse mesmo desenvolvimento financiado.
PME I	Alavancagem do investimento e diminuição do esforço de tesouraria.
PME J	Financiamento mais barato.
GE A	Incentivo a fazer o projecto e possibilidade de o fazer
GE B	Cooperação com outras empresas / Financiamento
GE C	Possibilidade de investir em I&DT para projectos duradouros
GE D	Condições de financiamento permitindo diversificar fontes do mesmo + repensar pensamento estratégico aferindo o seu adequado alinhamento